

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO ESPACIAL

**GESTÃO ESPACIAL DE SEGURANÇA PREVENTIVA -
A EXPERIÊNCIA EM GOVERNADOR VALADARES-MG.**

Alexandre Felizardo Ribeiro

Belo Horizonte

2011

Alexandre Felizardo Ribeiro

**GESTÃO ESPACIAL DE SEGURANÇA PREVENTIVA -
A EXPERIÊNCIA EM GOVERNADOR VALADARES-MG.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Professor PHD Alexandre Diniz.

Belo Horizonte

2011

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

R484g Ribeiro, Alexandre Felizardo
 Gestão espacial de segurança preventiva: a experiência em Governador
 Valadares-MG. / Alexandre Felizardo Ribeiro. Belo Horizonte, 2011.
 101f.: il.

 Orientador: Alexandre Diniz
 Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
 Programa de Pós-Graduação em Tratamento da Informação Espacial.

 1. Geografia Humana. 2. Criminologia. 3. Análise espacial. I. Diniz,
 Alexandre. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de
 Pós-Graduação em Tratamento da Informação Espacial. III. Título.

CDU: 911.3

FOLHA DE APROVAÇÃO

AGRADECIMENTOS

Minha eterna admiração e gratidão a Deus, que escreve minha história e me norteia.

Aos meus pais, Walter Felizardo e Neyde Duarte, pela torcida, orientações ricas e incentivo de sempre, e sobretudo, pela educação exemplar.

À minha esposa, Ivanise, eterno amor da minha vida, minhas filhas Bruna e Gabriela, minhas fontes de inspiração. Sem vocês não poderia concluir este trabalho.

À minha sogra, Neiva e Sebastião, pela serenidade, equilíbrio e ótimos conselhos que me são transmitidos com frequência.

Minha enorme gratidão ao sábio e exemplar professor Alexandre Diniz, que acreditou em meu trabalho, dando-me apoio intelectual e importantes conselhos, além de demonstrar incontestemente paciência para ensinar.

Aos amigos Capitão Miranda, Cap Ralfe e Cb Jônata, que não mediram esforços para me auxiliar na elaboração do projeto GESP, em Governador Valadares.

Ao Maj Daniel, Cap Fernando e demais equipes do Centro Integrado de Defesa Social (CINDS), os quais me apoiaram prontamente na construção dos mapas.

RESUMO

Este trabalho consiste em uma análise da experiência resultante da implantação do projeto Gestão Espacial de Segurança Preventiva (GESP) no espaço de atuação do 6º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais (6ºBPM), na cidade de Governador Valadares. A partir das idéias e teorias de várias correntes do pensamento da Geografia Humana e ciências afins buscou-se identificar os fatores preponderantes que influenciam a dinâmica criminal e caracterizar a lógica de distribuição da violência, construindo e geoprocessando o Índice de Violência Criminalizada (IVC). Ilustrações, gráficos e mapas foram construídos a partir de dados obtidos junto ao 6º BPM e do Centro Integrado de Defesa Social do Estado de Minas Gerais (CINDS), para facilitarem a representação do escopo do estudo. Assim, pretende-se discutir algumas hipóteses que buscam explicar a influência da GESP na lógica da distribuição espacial da criminalidade violenta , em 2010, no espaço territorial delimitado.

Palavras-chave: Geografia humana; Índice de Violência Criminalizada (IVC); Análise Espacial; Gestão Espacial de Segurança Preventiva (GESP).

ABSTRACT

This work consists of an analysis of the resultant experience of the implantation of the project Space Management of Segurança Preventiva (GESP) in the space of performance of 6^o Battalion of Military Policy of Minas Gerais (6^oBPM), in the city of Valadares Governor. From the ideas and theories of some chains of the thought of Geography similar Human being and sciences one searched to identify the preponderant factors that influence the criminal dynamics and to characterize the logic of distribution of the violence, being constructed and geoprocessoando the Index of Criminalizada Violence (IVC). Illustrations, graphs and maps had been constructed from data gotten next to 6^o 6^oBPM and the Integrated Center of Social Defense of the State of Minas Gerais (CINDS), to facilitate the representation of the target of the study. Thus, it is intended to argue some hypotheses that they search to explain the influence of the GESP in the logic of the space distribution of violent crime, in 2010, in the delimited territorial space.

Word-key: Geography human being; Index of Criminalizada Violence (IVC); Space analysis; Space management of Segurança Preventiva (GESP).

LISTA DE FIGURAS

01	Localização do município de Gov. Valadares-MG.....	39
02	Mapa de localização da área do 6º BPM.....	41
03	Mapa de localização da área do 43º BPM.....	42
04	Esboço da setorização em Governador Valadares.	50
05	Espaço de responsabilidade do 6º BPM	51
06	Divisão da área do 6º BPM	52
07	Setor 01 da 44ª Cia.	52
08	Setor 02 da 44ª Cia.	53
09	Setor 03 da 44ª Cia.	53
10	Setor 01 da 208ª Cia.	54
11	Setor 02 da 208ª Cia.	54
12	Nova sede da 44ª Cia PM.	56
13	Reportagem sobre a nova sede da 44ª Cia	57
14	Curso de promotores da paz social.	59
15	Reportagem sobre combate à prostituição e tráfico drogas.....	61

16	Cartão-programa orientado para resolução do problema.....	63
17	Modelo de mapa para acompanhamento diário dos crimes.....	64
18	Operações combate jogos de azar.....	65
19	Matéria sobre ação PM contra poluição sonora.	66
20	Gráfico sobre criminalidade violenta em toda a área do 6º BPM.....	67
21	Gráfico sobre criminalidade violenta apenas em Governador Valadares (área de atuação do 6º BPM).	68
22	Gráfico contendo a evolução dos crimes violentos mensalmente em toda a área do 6º BPM.....	69
23	Gráfico contendo a evolução dos crimes violentos mensalmente apenas em Governador Valadares (área de atuação do 6º BPM).....	70
24	Gráfico da evolução dos crimes violentos contra o patrimônio mensalmente em toda a área do 6º BPM.	71
25	Gráfico da evolução dos crimes violentos contra o patrimônio mensalmente apenas em Governador Valadares (área de atuação do 6º BPM).....	72
26	Gráfico da evolução mensal dos homicídios consumados em toda a área do 6º BPM.....	73

27	Gráfico contendo a evolução mensal dos homicídios consumados apenas em Governador Valadares (área de atuação do 6º BPM).....	74
28	Gráfico sobre evolução da apreensão de armas de fogo na área do 6º BPM.....	75
29	Gráfico sobre evolução da apreensão de armas de fogo somente em Governador Valadares (área de atuação do 6º BPM).....	76
30	Gráfico sobre a evolução das operações policiais na área do 6º BPM.....	77
31	Gráfico de evolução das operações policiais em Governador Valadares (área de atuação do 6º BPM).....	78
32	Mapa dos crimes violentos na área de atuação do 6º BPM em Governador Valadares, em 2009.....	80
33	Mapa dos crimes violentos na área de atuação do 6º BPM em Governador Valadares, em 2010.....	82
34	Mapa dos crimes violentos contra o patrimônio na área de atuação do 6º BPM em Governador Valadares, em 2009.....	84
35	Mapa dos crimes violentos contra o patrimônio na área de atuação do 6º BPM em Governador Valadares, em 2010.....	86
36	Mapa dos crimes de homicídio consumado na área de atuação do 6º BPM em Governador Valadares, em 2009.....	88
37	Mapa dos crimes de homicídio consumado na área de atuação do 6º BPM em Governador Valadares, em 2010.....	90

LISTA DE TABELAS

01 - Exemplos de análise espacial.....	25
02 - Formas de intervenção e ferramentas da GESP.....	49
03 - Ações de intervenção nos espaços.....	61
04 - Criminalidade violenta em toda a área do 6º BPM	67
05 - Criminalidade violenta apenas Governador Valadares (6º BPM).....	67
06 - Evolução dos crimes violentos mensalmente em toda área 6º BPM.....	68
07- Evolução dos crimes violentos mensalmente apenas em Governador Valadares (área de atuação do 6º BPM).....	69
08 - Evolução crimes violentos contra patrimônio mensal toda área 6º BPM..	70
09 - Evolução dos crimes violentos contra o patrimônio mensalmente apenas em Governador Valadares (área 6º BPM).....	71
10 - Evolução mensal dos homicídios consumados área 6º BPM.....	72
11 - Evolução mensal dos homicídios consumados apenas em Governador Valadares (área de atuação do 6º BPM).....	73
12 - Evolução da apreensão de armas de fogo na área . 6º BPM.....	74
13 - Evolução da apreensão de armas de fogo somente em Governador Valadares (área de atuação do 6º BPM).....	75
14 - Evolução das operações policiais na área do 6º BPM.....	76
15 - Evolução das operações policiais em Governador Valadares (área de atuação do 6º BPM).....	77

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 FONTES TEÓRICAS E ABORDAGENS CONCEITUAIS.....	18
2.1 Geografia do crime.....	18
2.2 A importância do estudo do espaço urbano.....	22
2.3 Princípios da análise espacial.....	24
2.4 Arquitetura urbana e sua relação com a segurança pública	26
2.5 Programas de prevenção do delito.....	30
2.5.1 <i>Programas de prevenção sobre áreas geográficas</i>	30
2.5.2 <i>Programas de prevenção do delito por meio do desenho arquitetônico e urbanístico.....</i>	32
2.5.3 <i>A prevenção situacional</i>	34
3 GOVERNADOR VALADARES E A GESP.....	38
3.1 <i>Informações preliminares sobre Governador Valadares</i>	38
3.2 <i>Governador Valadares antes da implantação da GESP.....</i>	44
3.3 <i>O projeto GESP.....</i>	46
3.4 <i>Governador Valadares após a implantação da GESP.....</i>	49

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	55
4.1 Impactos operacionais e sociais	55
4.2 Reflexos aferidos por meio de tabelas e gráficos.....	66
4.3 Reflexos aferidos por meio de mapas criminais	79
5 CONCLUSÕES E SUGESTÕES.....	93
5.1 Conclusão.....	93
5.2 Sugestões.....	96
REFERÊNCIAS.....	98

1. INTRODUÇÃO

Hoje em dia basta andar pelas ruas das cidades brasileiras para se ter a clara percepção dos grandes problemas sociais que nos rodeiam, fruto inclusive do crescimento urbano desordenado. Por sua vez, os governos vêm manifestando a inarredável preocupação com a expansão espacial-econômica das cidades. Conter a pobreza, o desemprego, o recrudescimento da violência, a desintegração familiar, e por outro lado tornar mais eficiente as políticas públicas são alguns dos desafios dos governos nas esferas federal, estadual e municipal.

No campo da segurança pública, percebe-se que as estatísticas criminais indicam taxas elevadas de violência, além de contribuir também para o aumento do sentimento de medo por parte das pessoas. A escalada da violência que aflige as grandes cidades na verdade é um reflexo do que vem acontecendo no país como um todo. A mídia frequentemente está a noticiar as diversas formas de manifestação do crime, seu crescimento desenfreado e, por conseguinte, sua banalização.

É notório que os meios convencionais de prevenção e repressão criminal impostos pelos governos não têm surtido os efeitos esperados. E dessa forma, a cobrança por mais segurança e ordem social vem desaguando sobre os organismos policiais. Não rara às vezes a população reivindica mais policiais nas ruas, os quais dependem ainda de aporte logístico e tecnológico. Entretanto, muitas das vezes, tais reivindicações não são de pronto atendidas, pois necessitam de mais recursos orçamentários e financeiros, os quais quase sempre mostram-se insuficientes.

Estancar a violência deve ser uma preocupação constante de toda a sociedade organizada, pois não basta apenas coibir a incidência, necessário também reconstruir e transformar ambientes urbanos, cujo resgate da tranqüilidade seja capaz de melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Essa escalada de crime e de violência, notadamente quando explorada de maneira sensacionalista pela mídia, cultiva uma ambiência amplamente desfavorável aos cidadãos que, acuados, recorrem a todos os artifícios para diminuir a sensação de medo. E na busca de auto-proteção, passam a

construir verdadeiras fortalezas em torno de si, alimentando, assim, a falsa esperança de que estarão mais seguros.

Neste aspecto, assevera Bondaruk (2005, p. 41):

[...] as pessoas de bem se retraem cada vez mais dentro de suas casas. Crescem os muros e grades, o valor dos imóveis cai. Reproduzem-se os investimentos da iniciativa privada naquela área. As pessoas começam a limitar a utilização do bairro apenas à condição de dormitórios. Os grupos de garotos outrora apenas travessos, se transformam em gangues de vândalos e pichadores. Aumenta o número de roubos e furtos nas residências.

Numa visão mais ampla e detalhada, não é difícil perceber alguns equívocos da engenharia na urbanística das cidades. Em Governador Valadares-MG esta realidade não é diferente. Se por um lado percebe-se o aumento da construção de casas em condomínios fechados para os mais abastados, por outro é notório o crescimento desenfreado de aglomerados. Basta uma breve turnê pela cidade, com olhares voltados para a segurança pública, que é possível notar verdadeiros incentivos físicos à ação delituosa. São construções inacabadas, lotes baldios, áreas públicas em abandono e invadidas, iluminações públicas deficientes, muitas árvores em vias públicas sem a devida poda, estabelecimentos comerciais descumprindo descaradamente preceitos do código de posturas e normas da vigilância sanitária dentre outras irregularidades e desajustes urbanos.

Conforme Anuário de Informações Criminais de Minas Gerais, produzido pelo Centro Integrado de Informações de Defesa Social no ano de 2010, a cidade de Governador Valadares possui uma das maiores taxas de crimes violentos do Estado.

Este vasto rol de problemas levou o Comandante do 6º Batalhão de Polícia Militar, com sede na cidade em questão, em 2010, ora pesquisador, inspirado pelos conhecimentos geográficos adquiridos no Programa de Tratamento da Informação Espacial da PUC-Minas, focado na temática geografia do crime, a desenvolver e colocar em prática um projeto de segurança preventiva que tomasse como ponto de partida as informações e complexidades dos espaços urbanos, o qual foi denominado Gestão Espacial de Segurança Preventiva (GESP). Tal projeto consiste na execução de

intervenções e de um conjunto de estratégias que aproxima ainda mais a polícia da comunidade, pois foca na integração entre polícia e sociedade, buscando sempre a redução da desordem urbana, social e do crime, a ponto de transformar de forma positiva os espaços urbanos e melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Daí, a presente dissertação tem como tema **Gestão Espacial de Segurança Preventiva - A experiência em Governador Valadares - MG**. O principal objetivo é abordar a perspectiva de compreensão e enfrentamento dos problemas de segurança pública e formas de intervenção positiva nos espaços urbanos daquela cidade, a partir da experiência vivenciada pelo Comandante do 6º Batalhão de Polícia Militar, ora pesquisador.

A presente pesquisa visa demonstrar ainda a organização espacial do policiamento a partir da setorização e de como potencializar as ações policiais para conter a violência e transformar positivamente os ambientes públicos.

Para fins de estudos estatísticos, estão sendo levados em consideração os crimes violentos contra o patrimônio, representados pelos roubos consumados e qualificados (assaltos a mão armada) e os crimes contra a pessoa, nos quais figuram as tentativas de homicídio e homicídios consumados. Tais crimes estão sendo considerados devido a sua forte reincidência na cidade de Governador Valadares, concorrendo para a construção de ambientes de intranqüilidade e medo junto a população. Serão ainda levados em consideração, como forma de aquilatar a resposta policial frente a ação criminosa, o quantitativo de operações policiais e de apreensões de armas de fogo ocorridas nos anos considerados para esta pesquisa.

A abordagem desta dissertação analisará crimes violentos ocorridos no período de 2009 e 2010, com base no banco de dados do 6º BPM e do Centro Integrado de Informações de Defesa Social do Estado de Minas Gerais (CINDS). Considerando que o CINDS produz mensalmente dados estatísticas e relatórios analíticos sobre a criminalidade no Estado de Minas Gerais, pretende-se a partir daí avaliar a evolução criminal violenta no período considerado, na área de atuação do 6º BPM, antes e após a implantação da perspectiva da GESP. Abordará ainda a presente pesquisa a utilização de todas as formas de intervenção no espaço urbano e ferramentas de gestão

adotadas pela GESP, bem como os impactos operacionais e sociais delas decorrentes.

Através da presente pesquisa, levantou-se o seguinte **problema**: em que medida as mudanças nas rotinas de policiamento, implementadas por inspiração dos conhecimentos geográficos, auxiliaram nas transformações positivas dos espaços urbanos em Governador Valadares?

Segundo ANDRADE (1997, p. 123), “ hipótese é uma solução provisória que se propõe para o problema formulado. Trata-se de uma solução provisória, porque o desenvolvimento da pesquisa determinará sua realidade: pode ser confirmada ou não ?”

Nesse prisma, **uma hipótese** foi formulada na tentativa de, preliminarmente, responder ao questionamento suscitado: as formas de intervenção utilizadas pelo pesquisador, levando-se em conta seus conhecimentos geográficos, que concorreram para a construção e aplicação de ferramentas de gestão utilizados no projeto GESP, no ano de 2010, contribuíram para a redução da criminalidade violenta no mencionado ano, em Governador Valadares.

O **objetivo geral** deste trabalho é o de descrever a experiência resultante da implantação do projeto GESP na área de atuação do 6º BPM, na cidade de Governador Valadares, destacando sua relação com os espaços urbanos.

E, para atingi-lo, foram estabelecidos os seguintes **objetivos específicos**:

- a) avaliar os índices de criminalidade violenta na área de atuação do 6º BPM, levando em conta os dados de 2009 e 2010;
- b) identificar as formas de intervenção e ferramentas de gestão utilizadas pela GESP;
- c) avaliar a relação da GESP com as ações policiais e sociais resultantes;
- d) identificar possíveis transformações positivas nos espaços urbanos por meio de ações da GESP.

A dimensão e importância de questões como o estudo a respeito do avanço da criminalidade violenta e sua relação com a integridade do espaço urbano, do Poder Público e da comunidade organizada, por si só, já estabelecem uma sólida **justificativa** para a presente pesquisa.

Sob o aspecto metodológico, tem-se que a presente pesquisa foi delimitada a partir de fontes bibliográficas e documentais sob a classificação descritiva, segundo GIL (1989, p.52), visando buscar dados através de uma análise de informações, que possibilitem reduzir erros e incoerências, e identificar contradições, utilizando fontes diversas num processo cuidadoso de cotejamento.

Para melhor embasamento da pesquisa descritiva, a busca se deu pelo levantamento de dados pertinentes ao objeto do estudo, através da identificação e leitura de fontes bibliográficas como livros de referência e publicações periódicas, como jornais, revistas e impressos diversos.

A pesquisa documental se deu junto a fontes produzidas pela PMMG, em especial pelo CINDS e 6º BPM, através de documentos administrativos, estatísticos e por meio de relatórios operacionais, que demonstram um diagnóstico correlacionado com o tema proposto.

Com referência ao método, a pesquisa enquadra-se no hipotético – dedutivo, que é *“considerado lógico por excelência, não se limitando à generalização empírica das observações realizadas”* (ANDRADE, 1997, p.112).

Esta pesquisa estrutura-se e organiza-se em cinco capítulos, conforme adiante se vê:

- a) o Capítulo 1 (INTRODUÇÃO) apresenta, inicialmente, uma abordagem panorâmica, contextualizando o tema, estabelecendo, logo após, o problema, a hipótese, a definição dos objetivos, a justificativa e metodologia, encerrando-se com a estruturação e organização do trabalho;
- b) o Capítulo 2 (FONTES TEÓRICAS E ABORDAGENS CONCEITUAIS) contém teorias que descrevem filosofias, conceitos e opiniões de autores diversos sobre a geografia do crime e

programas de prevenção do delito, sob o aspecto espacial, além de informações preliminares sobre a cidade de Governador Valadares;

- c) o Capítulo 3 (GOVERNADOR VALADARES E A GESP) contém informações sobre a cidade de Governador Valadares pertinentes a pesquisa, como era realizado o policiamento ostensivo pelo 6º BPM antes do referido projeto, descreve a essência do funcionamento da GESP e como passou a ser executado o policiamento após sua implantação;
- d) o Capítulo 4 (APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS) apresenta os impactos sociais e operacionais provocados pela GESP, bem como os reflexos por meio de tabelas, gráficos e mapas da criminalidade;
- e) o Capítulo 5 (CONCLUSÕES E SUGESTÕES) são expostas as conclusões e apresentando algumas sugestões, ambas erigidas do esforço de análise e interpretação dos dados carreados para a essência da pesquisa;
- f) encerrando a estrutura do trabalho temos a parte que trata da bibliografia, denominada REFERÊNCIAS.

2. FONTES TEÓRICAS E ABORDAGENS CONCEITUAIS

O presente capítulo apresenta alguns tópicos, os quais representam a base científica que inspirou o presente pesquisador. Os tópicos constantes deste capítulo constam de conhecimentos focados na geografia do crime, os quais além de inspirar o pesquisador serviram de base de estudo. A geografia do crime, a importância do espaço urbano e seus princípios e programas de prevenção do delito são alguns dos tópicos deste capítulo.

2.1 Geografia do crime

De acordo com as referências bibliográficas, geografia do crime pode ser entendida como sendo o estudo dos aspectos sociais, econômicos, políticos, demográficos e suas manifestações espaciais, voltadas para a compreensão do fenômeno criminal. Por meio dessa temática é possível ainda arquitetar uma intervenção saudável nas causas do crime.

Santos (2004, p. 306) inferiu que:

a concentração de atividades econômicas em algumas metrópoles favorece o desencadeamento de processos descompassados: redirecionamento e convergência de fluxos migratórios, déficit no número de empregos, ocupação desordenada de determinadas regiões da cidade, marginalização de estratos sociais etc.

Nos anos 80, através de pesquisas voltadas para o tema geografia do crime, pouco estudado até então, Zaluar (1985) identificou situações que faziam a ligação de realidade social aos fenômenos da violência. Já Pezzin (1986) teria desenvolvido trabalhos sobre a violência de forma empírica, quando evidenciou uma relação significativa entre urbanização, pobreza e crimes contra o patrimônio.

Assim como os estudiosos anteriormente mencionados, muitos outros ligados ao tema geografia do crime, bem como a mídia apontam a desigualdade social e a má distribuição de renda, muito marcante nas grandes cidades brasileiras, como uma das causas do aumento acelerado da violência.

Diversas pesquisas prosseguiram durante vários anos, buscando sempre o entendimento do crescimento da violência. Em razão de diversos esforços levados a efeito pelos estudiosos, chegou-se à construção de indicadores sociais, os quais são nos dias de hoje de extrema importância não somente para a compreensão do crime, mas principalmente para construção de estratégias para prevenção e redução.

Ao caminhar pelas metrópoles e cidades de porte médio no Brasil, é notório o crescimento urbano desordenado, principalmente em função do processo de favelização desenfreado, fruto muitas das vezes do êxodo rural e da ausência e/ou ineficiência de políticas sociais e de planejamento urbano.

Beato (2001) em seus estudos sobre crimes e políticas sociais procede abordagens de natureza descritiva objetivando revelar padrões e estabelecer comparações entre áreas distintas. Outros estudos vão surgindo insistindo nessa linha mais analítica do fenômeno criminal, explorando relações entre a violência urbana e as dimensões demográfica e econômica.

Com base em importantes considerações, Kahn (1998) avalia a relação entre as taxas de homicídio e o nível de desenvolvimento dos países, chegando a conclusão que tanto os países mais pobres quanto os mais ricos demonstram reduzidas taxas de criminalidade. No entanto, alega esse pesquisador que os países que se encontram em desenvolvimento apresentam elevadas taxas de homicídio. Sugere que a explicação para isso está relacionada ao processo de urbanização acelerado e à dura realidade de desigualdade social e aos métodos de consumo desenfreados, por que passa os países em desenvolvimento.

De acordo ainda com estudos desenvolvidos por Kahn (1998), após analisar índices criminais diversos em relação ao contingente policial reduzido, conclui que é possível sim promover a segurança pública com qualidade, desde que esse mesmo contingente policial reduzido esteja adequadamente treinado e equipado, além de bem remunerado. Portanto, esse estudo nos

sugere concluir que o segredo do policiamento bem executado não se assenta no reforço do efetivo policial, mas na sua preparação e motivação.

Com base em dados da Fundação João Pinheiro no ano de 1998, que aponta considerável crescimento da violência urbana no Estado de Minas Gerais, entre 1986 a 1997, Diniz e Batella (2003) realizaram detido estudo que demonstra a concentração desse aumento nas cidades mineiras com mais de 100.000 habitantes, tendo constatado que a distribuição desse fenômeno se dá de forma heterogênea.

Estudos realizados por Saporì e Batitucci (1999) demonstram crescimento da violência na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), entre 1980 e 1995. No entanto, tais estudos apontam que as taxas de homicídios em BH são maiores do que as detectadas nas demais cidades em seu entorno. Nessa mesma lógica de pesquisa, Lima (2000, p.26) estudou os crimes de homicídios no estado de São Paulo e constatou, levando-se em conta sua distribuição espacial, aumento também desses delitos. Com base nos resultados quantitativos, levando-se em conta os homicídios dolosos ocorridos no Estado, esse pesquisador percebeu que na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) vários conflitos sociais implicam em morte, enquanto que no interior, resultam em agressões físicas.

Ainda como base em estudos intra-urbanos, SPOSATI (2000) elaborou o mapa da exclusão e inclusão social do município de São Paulo, que demonstra que as taxas de homicídios crescem na medida em que vai aumentando a distância do núcleo da cidade. Em outras palavras, sinalizou que os distritos paulistas situados na periferia estão mais susceptíveis à ocorrência de homicídios do que aqueles situados na faixa central.

Kahn (2000), através de sua pesquisa, promove a relação entre níveis socioeconômicos e índices de homicídio nos bairros da capital paulistana, detectando uma maior concentração desse delito nos bairros de periferia, onde é muito presente o quadro de desigualdade social. Portanto, tal estudo sugere que esse quadro de desigualdade social está fortemente atrelado a onda de violência na cidade de São Paulo.

Tomando-se como base a criminalidade em Marília-SP, Felix (2002 e 2003) demonstra sua relação com o tempo de existência dos bairros. De acordo com a autora, na medida em que o tempo de ocupação aumenta e o

espaço se transforma, por meio de investimento dos próprios moradores, parece surgir um sentimento de territorialidade, gerando com isso maior interesse dos moradores pelas questões da comunidade, o que tende a contribuir para a redução dos conflitos sociais e da violência urbana.

Aproveitando o estudo sobre a criminalidade em Marília-SP, Teixeira (2003) faz uma relação entre qualidade de vida e criminalidade. Por meio de indicadores de qualidade de vida, referido autor estabelece uma relação com os crimes contra o patrimônio. Destaca que aumentando a qualidade de vida das pessoas, que está relacionada ao aumento do poder aquisitivo, os crimes contra o patrimônio tende a aumentar. Por outro lado, referido estudo aponta relação inversa entre os indicadores de qualidade de vida e os crimes contra a pessoa.

Diniz (2003a e 2003b) apresenta importante estudo sobre a sensação de segurança em Belo Horizonte. Demonstra que não há relação alguma entre o medo demonstrado pelas pessoas e os índices criminais que são difundidos pela mídia ou pela polícia. Destaca referido autor que a exploração das informações sobre a criminalidade realizada constantemente pelos órgãos de imprensa, tende a produzir um sentimento de insegurança generalizado e sem embasamento.

Na verdade, a cada ano que se passa, o assunto violência vem crescendo de importância, em razão dos fatos ocorridos e noticiados frequentemente pela mídia, o que leva o tema criminalidade a continuar atual e a ser objeto de estudo de diversos pesquisadores, além de, por conseqüência, manter-se presente nas agendas de trabalho dos políticos e governantes no Brasil. Seu crescimento se faz sentir em inúmeras regiões e cidades do país, sendo que sua distribuição espacial, pelo que se pode apurar até aqui, não ocorre de maneira homogênea, o que exige competente monitoramento e novas estratégias por parte dos organismos policiais. E de acordo com dados estatísticos periodicamente registrados e divulgados, é possível verificar que a criminalidade violenta está essencialmente concentrada nas áreas urbanas, apesar de que outros tipos de conflitos sociais em menor escala ocorrem também nas zonas rurais.

2.2 A importância do estudo do espaço urbano.

A importância de se estudar os espaços urbanos deve-se, em grande parte, a sua dinâmica e as suas transformações inclusive estruturais, revelando, assim, a produção de espaços desiguais e segregados, no qual a população pobre se vê obrigada a ocupar áreas impróprias para a sua habitação.

De acordo com Villaça (1998, p. 142):

existem segregações variadas de classes, etnias ou nacionalidades. A segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em regiões gerais ou conjunto de bairros [...]

Muitos estudiosos apontam a má distribuição de renda como a responsável por obrigar as populações carentes a fixarem suas moradias em aglomerados, desprovidos de infra-estruturas e de serviços sociais básicos, fato recorrente em muitas cidades de países em desenvolvimento, e principalmente em muitas cidades brasileiras. Apontam ainda que essa situação se dá também em razão da valorização abusiva dos preços dos imóveis próximos às áreas privilegiadas, fruto muito das vezes da especulação imobiliária.

Segundo Santos (1977):

o espaço submetido ao desenvolvimento das forças produtivas, sobremaneira com o papel desempenhado pela ciência e pelas técnicas, tornou-se essencialmente social. O papel do espaço em relação à sociedade tem sido freqüentemente minimizado pela Geografia, que considerava o espaço mais como teatro das ações humanas. Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não escreve fora do espaço, e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social.

Ainda de acordo com Santos (1982):

o espaço deve ser compreendido de acordo com sua totalidade, estudando-se os seus elementos em conjunto, destacando-se, neste universo, o homem, agente fundamental no fornecimento de trabalho e, dessa forma, de criação de infra-estruturas técnicas e sociais no território. O que vale dizer o trabalho é historicamente materializado e geografizado pela ação antrópica.

Assim, como na manifestação do pesquisador anteriormente mencionado, é possível depreender que ao se estudar os espaços urbanos não se pode abrir mão das relações sociais.

Sobre os espaços urbanos na época medieval, comenta Rolnik (1995, p. 43 e 47) que:

na cidade medieval não havia a separação entre o lugar de moradia e de trabalho, todo o espaço do burgo – onde estava a casa do artesão – era, simultaneamente, o lugar de residência, de produção, mercado e vida social. Podendo comparar com as cidades coloniais, nas quais onde também não havia esta distinção, mas havia, entretanto, as praças da riqueza e as praças da miséria. A segregação fica mais evidente com a mercantilização da sociedade e com a organização do Estado moderno. Até mesmo no lar há a demarcação de zoneamento por cômodos, cada qual com sua função. Já o espaço público deixa de ser o local de encontro e de festas religiosas, pois a rua passa a ser considerada como perigosa.

Ainda segundo Rolnik (1995, p. 50, 51 e 68):

cada vez mais há a morte do espaço da rua como local de trocas cotidianas, espaço de socialização e, conseqüentemente, há também o confinamento da família na intimidade do seu lar, em face do aumento da violência. A segregação, do ponto de vista político, é produto e produtora de conflito social, pois o próprio espaço urbano é uma mercadoria, cujo preço é atribuído a seus elementos físicos ou locais. Assim, muitas vezes morar em uma cidade cara e segregada é assumir uma condição de não-cidadão, através da auto-construção, ocupação, invasão, divisão de casas, ou da organização de territórios populares, marcados pela clandestinidade.

2.3 Princípios da análise espacial

Com base em conceitos formulados por estudiosos da área, espaço geográfico pode ser entendido como sendo um conjunto de localizações na superfície da Terra, sobre o qual ocorrem os fenômenos geográficos. Para Dolfus (1991) “o espaço geográfico define-se, em função de suas coordenadas, sua altitude e sua posição relativa. Sendo um espaço localizável, o espaço geográfico pode ser cartografado.” Tem-se então que a informação espacial está relacionada com a existência de objetos e sua localização.

Deste modo, de acordo com Worboys (1995):

os conceitos de espaço geográfico e informação espacial são duas formas complementares de conceituar o objeto de estudo do geoprocessamento. Estas formas irão levar à dualidade conceitual na modelagem espacial, onde a noção absoluta de espaço geográfico leva à idéia de conjuntos de campos geográficos e a noção relativa de informação espacial conduz à postulação da existência de conjuntos de objetos geo-referenciados.

Considerada uma das formas de se proceder a análise espacial, o geoprocessamento vem se utilizando de técnicas matemáticas e computacionais para o tratamento da informação geográfica. Esta tecnologia influencia de maneira crescente às áreas de cartografia, de recursos naturais, transportes, segurança pública, planejamento urbano e regional. Por meio desse processo é possível fornecer ferramentas computacionais para que os diferentes analistas determinem as evoluções espacial e temporal de um fenômeno geográfico e as interrelações entre diferentes fenômenos.

A seguir tem-se uma tabela de análise espacial, desenvolvida por Maguire (1991), e adaptada por este pesquisador.

Tabela 01 – Exemplos de análise espacial

Análise	Pergunta Geral	Exemplo
Condição	O que está...?”	“Qual a população desta cidade ?”
Localização	Onde está...?”	“Quais as áreas de incidência de crimes violentos?”
Tendência	O que mudou...?”	O índice criminal está aumentando ou diminuindo ? “
Roteamento	Onde ir.. ?”	“Qual o melhor caminho para redução dos crimes violentos ?”
Padrões	Qual o padrão....?”	“Há 10 anos o índice de crimes violentos era bem menor.”
Modelos	O que acontece se ...?”	“Qual a distribuição dos crimes violentos por 100 mil habitantes?”

Fonte: Maguire (1991), adaptado por este pesquisador.

Um dos primeiros exemplos que ilustra bem o poder explicativo da análise espacial, por meio do geoprocessamento, é o caso da epidemia vivida em Londres, no ano de 1854. Tratava-se de uma grave epidemia de cólera, doença sobre a qual na época não se conhecia a forma de contaminação. Numa situação onde já haviam ocorrido mais de 500 mortes, o Doutor John Snow, ao proceder uma leitura do ambiente onde se dava a epidemia, teve a idéia de colocar no mapa da cidade a localização dos doentes de cólera e dos poços de água, estes últimos, fonte principal de abastecimento das moradias da cidade. Com a espacialização dos dados, o Doutor Snow percebeu que a maioria dos casos estava concentrado em torno do poço da *Broad Street* e ordenou a sua lacração, o que contribuiu em muito para debelar a epidemia. Este caso forneceu evidência empírica para a hipótese, comprovada posteriormente, de que o cólera é transmitido por ingestão de água contaminada.

Com o georreferenciamento, ao longo do tempo, mapas de delitos passaram a ser construídos, e a concentração de crimes começou a ser identificada, levando-se em consideração ainda o dia da semana, o mês, o ano e o horário em que o fenômeno criminal ocorreu. A partir daí começou também a estudar o comportamento do cidadão infrator ou de grupos de infratores e

demais fatores que influenciam na prática infracional. Verificar os padrões de mobilidade da população e monitorar o fenômeno criminal tornou-se também nova dinâmica.

Em 1999, a análise espacial por meio do geoprocessamento passou a fazer parte das estratégias da Polícia Militar de Minas Gerais, no município de Belo Horizonte, através de convênio firmado com a Companhia de Processamento de Dados de Belo Horizonte (PRODABEL), interagindo dados geográficos e registro de ocorrências, num sistema informatizado, que passou a subsidiar o planejamento operacional, desenvolvendo programas e projetos focados no controle da criminalidade.

Atualmente o Centro Integrado de Defesa Social (CINDS) vem processando os dados colhidos do registro de ocorrências policiais, assim como dos dados gerados pelo geoprocessamento, inquéritos, julgamentos e execução de penas. O CINDS se fundamenta, portanto, na análise, qualitativa e quantitativa, no tempo e no espaço, das informações de segurança pública produzidas no âmbito do Sistema Integrado de Defesa Social.

2.4 Arquitetura urbana e sua relação com a segurança pública

De acordo com Kelling e Coles (1996), apud Bondaruk (2006) para se tornar mais efetiva a segurança nas cidades é necessário enfrentar a desordem urbana ao invés de mirar tão somente o crime. Ainda de acordo com tais autores, o sentimento de impunidade, a degradação do ambiente e a recorrente impunidade dos delitos menores tendem a estimular a proliferação de delitos mais graves.

Ainda de acordo com os autores e seus estudos anteriormente mencionados, o sistema de atuação repressiva da polícia, por meio de atendimento de chamados após a ocorrência de crimes, mostrou-se ineficiente no combate à criminalidade, naquela época, nos Estados Unidos da América. Concluíram tais autores que a estratégia de intervenção policial focando tão

somente o crime, não propicia mínimo de êxito esperado, como adiante assevera:

[...] Dois fatos adicionais, cada um deles poderoso em seu próprio direito, perpetuam a fixação de uma mentalidade unidirecional (focada) no crime grave: primeiro, uma ampla ideologia social garante certos direitos individuais como absolutos e virtualmente divorciados de responsabilidade e obrigação. Esta ideologia deu asas à idéia de que todas as formas de crimes não-violentos deveriam ser tolerados no interesse da liberdade – uma crença a qual a manutenção da ordem confronta diretamente. Segundo, a estratégia de justiça criminal reinante é consistente com sua ideologia libertária, internamente congruente e intuitivamente razoável. [...] A polícia é a “frente final” do sistema – policiais que dão sua contribuição primária para a comunidade e a vida nos bairros, por prender e processar criminosos dentro deste sistema. Manter a paz, resolver os problemas dos cidadãos, resolver conflitos e manter a ordem são na melhor das hipóteses, vista como um desdobramento de funções periféricas, e na pior das hipóteses como um desnecessário “trabalho social.

Enfim, concluem Kelling e Coles (1996), apud Bondaruk (2006) que o modelo americano de atendimento policial focado tão somente no crime tem falhado porque não reconhece a relação da desordem social, da desorganização urbana, da sensação de insegurança das pessoas e dos crimes graves. E, manifestam ainda que o modelo do sistema de justiça criminal também tem falhado, porque ignora o papel do cidadão na prevenção do crime.”

Kelling e Coles (1996) são autores da Teoria das Janelas Quebradas, que, conforme explica Bondaruk (2006):

[...] quando num prédio surge uma janela quebrada e logo esta é consertada, o risco de que novas janelas quebradas apareçam é reduzido. Do contrário, não se tomando providências de reparo, outras janelas quebradas surgirão.

Assim, Kelling (1996) compara as janelas quebradas com focos de desordem que quando não combatidos, proliferam criando um ambiente propício ao surgimento de crimes mais graves, num crescimento que segundo ele, tem gerado os grandes índices de criminalidade nas grandes cidades norte-americanas.

Bondaruk (2006) explica ainda que muitas organizações do mundo e também do Brasil seguem essa estratégia de polícia reativa mediante chamamento da população, focando tão somente no crime. E assevera:

uma polícia reativa, focada nos delitos graves, deixa assim escapar pelos dedos as chances de um combate efetivo da criminalidade, nos delitos de menor gravidade e, principalmente, na desordem percebida, deixando que as comunidades se tornem cada vez mais um local propício para o florescimento da criminalidade.

Sugere o autor, portanto, que as pessoas e condições dos lugares em que os crimes vem se instalando sejam de fato levados em consideração nos estudos e nas formulações estratégias dos organismos policiais e agenda de governos. E a respeito disso Bondaruk (2006) cita Kelling e Coles (1996), afirmando:

[...] crimes graves de rua florescem em áreas cujo comportamento de desordem não é restringido. Pedintes não vistoriados são a primeira “janela quebrada”. Ladrões e assaltantes, quando apanhados ou mesmo identificados, operam em ruas onde vítimas em potencial já foram intimidadas por situações anteriormente ocorridas e aceitas.

No ensinamento desse pesquisador, combater o crime através de ações preventivas, aqui incluídas as estratégias de arquitetura contra o crime, podem dar ao sistema policial um eficiência que estes não têm obtido pela via da repressão policial pura e simples. Explica ainda referido pesquisador que tais estratégias despertam uma força de atuação fundamental que é a força da comunidade mobilizada, que pode resolver preventivamente muitos problemas, evitando que se transformem em ocorrências policiais de gravidade cada vez maior.

O combate à desordem proposto por Kelling e Coles (1996) seria uma forma efetiva de atuação, pois pode ser feita em larga escala, pelos próprios moradores das comunidades interessadas em melhorar, onde o serviço da polícia seria apenas complementar, ao contrário do que hoje ocorre.

Bondaruk (2006) destaca que quanto ao combate da desordem, não é o objetivo desenvolver ações contra populações de rua, como método de trabalho. Defende este autor que tais pessoas devem receber tratamento social como sujeitos de direito que são. Sua proposta está direcionada para o

combate a incivildades, atos anti-sociais e até delitos, independentemente de quem os pratique.

Ainda de acordo com Bondaruk (2006), o comércio dos centros das cidades grandes vem se expandindo, principalmente em razão do crescimento do comércio informal. Dessa forma, a falta de acompanhamento e manutenção dos espaços públicos tende a gerar tamanha desorganização e poluição visual, a ponto de dificultar em muito a atuação preventiva da polícia. Tal situação, segundo referido pesquisador, leva o centro das cidades a liderarem a incidência de crimes. Por isso, defende referido pesquisador que a manutenção do espaço público é fundamental para a prevenção do delito e que todos deveriam refletir sobre o direito e dever de influir no desenho urbano das cidades.

Certamente o planejamento urbano deve ser realizado com vistas a levar em consideração os aspectos relacionados à ordem social, utilização adequada do espaço urbano e adoção de medidas preventivas que venham a proporcionar ambientes mais seguros e dignos para a convivência social. Em Governador Valadares-MG, por exemplo, numa localidade denominada “Buracão”, situada no bairro Carapina, tem-se um dos exemplos mais explícitos da negligência quando do planejamento urbanísticos para a criação e instalação daquela comunidade. Lá não houve observância a previsão de uma infraestrutura mínima de ruas, calçadas adequadas, praças públicas, que denotassem a presença do poder público, o que acabou por se tornar um problema social para o município. Seu desenho urbano acabou por afetar de tal modo aquela comunidade, gerando sensação de insegurança em decorrência do crime organizado que aproveitando da desordem, lá veio a se instalar. Dessa forma, a violência foi estereotipada e o local denominado “Buracão” ganhando o rótulo de um dos trechos mais violentos da área de atuação do 6º BPM.

As pesquisas efetuadas por Bondaruk (2006) mostram que há uma conexão importante entre o desenho da via pública e a criminalidade que ocorre nela. Destaca que a forma como está estabelecida uma via, os equipamentos que a compõe aliados a determinados comportamentos de vítima e criminosos, são os principais fatores que delineiam os níveis de segurança que se verificará neste espaço urbano. Uma árvore ocupando o

meio do espaço já reduzido de uma calçada, áreas públicas invadidas e mesmo ausência de calçadas em vias públicas são alguns dos exemplos.

Conforme menciona Bondaruk (2006), “[...] na antiga Roma, cidade mãe, *urbe mater*, a criminalidade sempre recuou quando a urbanização avançou”.

A partir de tais informações, é possível construir o entendimento de que os problemas das grandes cidades não são de agora. Passados milênios a humanidade se vê às voltas com problemas cada vez mais graves e de solução complexa. A história nos ensina que os bolsões de pobreza, a injustiça social e a migração urbana criam classes de excluídos e sérios problemas para toda a sociedade.

Diante de tantas considerações sobre o tema urbanização, constata-se a extrema importância de se organizar de maneira adequada o espaço urbano, reduzindo ou evitando a segregação das classes sociais mais abastadas e mais pobres, de maneira a promover uma convivência social harmoniosa e atender satisfatoriamente os anseios e os interesses da população. Tem-se, pois que medidas de reurbanização bem aplicadas implicam significativamente na redução dos índices de criminalidade.

Bondaruk (2006) explica sobre a existência de uma cultura geral errônea no que tange a prevenção da criminalidade, focada quase que exclusivamente nas ações das polícias como forma de reversão dos índices de violência e insegurança enfrentadas pela população brasileira.

2.5 Programas de prevenção do delito

2.5.1 Programas de prevenção sobre áreas geográficas

Este programa, segundo Molina (1997), opera sobre o fator espacial e apresenta uma inequívoca inspiração ecológica. Seu pressuposto doutrinário consiste na existência de um determinado espaço, geográfico e socialmente delimitado, em todos os núcleos urbanos industrializados, que concentra os mais elevados índices de criminalidade: são áreas muito deterioradas, com

péssimas condições de vida, pobre infra-estrutura, significados níveis de desorganização social e residência compulsória dos grupos humanos mais conflituos (imigrantes, minorias raciais, marginalizados etc.) e necessitados. O espírito reformistas dos teóricos da Escola de Chicago sugeriu uma atitude social de compromisso e de intervenção por parte dos poderes públicos nestas áreas marginalizadas, através da implementação de programas de reordenação e equipamento urbano, de melhorias infra-estruturais e de dotação de serviços públicos básicos. Esses teóricos acreditavam que deste modo se aliviaria os problemas sociais das grandes cidades, como correlativo reforço dos mecanismos e instâncias de controle social, diminuindo os índices de delinqüência.

É evidente que o meio atrai, porém não cria o delito, afirma Garcia (1997). Por outro lado, o vago conceito de desorganização social oculta um perigoso desconhecimento dos fatores que atuam no marco espacial de referência: é um autêntico pretexto. Faltando uma análise situacional mais sólida sobre tais variáveis, forçoso é reconhecer que tal política criminal, na verdade, não favorece a prevenção do delito, apenas o desloca para outras áreas; não o evita, simplesmente o desconsidera ou adia.

Ainda de acordo com Garcia (1997):

estas carências e limitações unem-se objeções ideológicas mais graves: o risco de que os programas de base espacial, de área, sejam profundamente regressivos, anti-sociais e discriminatórios. Primeiro porque o lógico esforço preventivo costuma perder todo o conteúdo social, adotando uma natureza puramente policial e repressiva. Prevenir significa, então, controlar, vigiar, reprimir. Em segundo lugar, porque de fato se controla, se vigia e se reprime sempre os mesmos grupos humanos que habitam bairros conflituos e perigosos, acentuando-se deste modo o impacto seletivo e discriminatório do controle social, sob o pretexto de uma inteligente ação preventiva.

2.5.2 Programas de prevenção do delito por meio do desenho arquitetônico e urbanístico.

Segundo Garcia (1997):

desde a famosa obra de Newman, publicada em 1973, as investigações ecológicas substituíram a análise de área por um enfoque microscópico, que detecta específicas correlações estatísticas entre espaços concretos das grandes cidades e determinadas manifestações delitivas.

Partindo de tal premissa, adotada pelos geógrafos do crime, de orientação sociológica, ou da chamada Psicologia Comunitária, os programas de prevenção orientam-se à reestruturação urbana e utilizam o desenho arquitetônico para incidir positivamente no habitat físico e ambiental, procurando neutralizar o elevado risco crimínogeno ou vitimário que ostentam certos espaços, assim como modificar, também de forma satisfatória, a estrutura comportamental e motivacional do vizinho ou habitante destes lugares.

Tendo em vista, assim, a significativa incidência dos fatores arquitetônicos e ambientais na delinqüência ocasional, sugere Garcia (1997) uma nova concepção prevencionista que pretende intervir nos cenários crimínogenos, nas edificações, remodelando sob outros parâmetros a convivência urbana. De um lado, pretende-se dificultar o cometimento do delito mediante a interposição de barreiras reais ou simbólicas que incrementam o risco para o infrator potencial, tais como medidas dirigidas ao melhoramento das vias de acesso aos recintos, centros de reuniões comunitárias, iluminação, dentre outras medidas. De outro, fomentam-se atitudes positivas na comunidade, de responsabilidade e solidariedade, atitudes imprescindíveis para melhorar o rendimento do controle social informal já que, conforme todos os índices, as elevadas taxas de delinqüência não se explicam só e exclusivamente em razão das características físicas e arquitetônicas de certos lugares, mas também devido a ausência de sentimento de comunidade de seus

habitantes. Em suma, trata-se de uma arquitetura preventiva que aproveita a seletividade espaço-ambiental do crime urbano.

Os programas de prevenção menos ambiciosos perseguem, simplesmente, a neutralização da periculosidade de certos lugares como postos de gasolina, bancos, supermercados, estacionamentos, condomínios etc., incrementando medidas de controle e de vigilância, possuindo clara natureza policial. Distribuição ou divisão dos recursos econômicos de um determinado espaço urbano, ativa e passiva, são os fatores mais relevantes cuja remodelação pretendem aqueles programas.

Outros, sem embargo, associam os objetivos prevencionistas a uma efetiva reestruturação do habitat urbano. Reclamam melhorias de infraestrutura, serviços e equipamentos, assim como a adequada divisão e reordenação do território e zonas conexas, além de precisas barreiras simbólicas ou reais, que definam um espaço como público, comum ou privado, delimitando suas respectivas fronteiras. Vão muito mais além de uma estratégia puramente defensiva: desejam conseguir uma mudança qualitativa nas atitudes individuais e no próprio modelo de convivência urbana, mais significativas e solidárias, reclamando um ativo compromisso comunitário na prevenção do crime.

Mas não cabe superdimensionar a capacidade preventiva destes programas espaço-ambientais, afirma Garcia (1997):

Um conceito monolítico de espaço, desde logo, baseado em dados exclusivamente físicos com menosprezo da dimensão social do meio apresenta resultado insatisfatório. É preciso ponderar, também, variáveis sociais (estabilidade, composição e organização do bairro).

Quanto aos programas que procuram dificultar o cometimento do delito mediante o adequado desenho arquitetônico e urbanístico, cabe reiterar a objeção dirigida, em geral, a todos os programas estritamente espaciais: eles não previnem os delitos, somente os deslocam para outras áreas menos protegidas, deixando uma inspiração policial e defensiva.

2.5.3 A prevenção situacional

A prevenção situacional, também conhecida hoje em dia como prevenção da insegurança, acaba por informar um dos mais importantes paradigmas da moderna criminologia, a Criminologia Administrativa. Esta corrente surge nos anos 60, como reação ao *boom* da pequena e média criminalidade nas sociedades de consumo. Nos Estados Unidos, Cohen e Felson (1979) explicam que, nesse período, o aumento dos assaltos a residências fica a dever-se ao concurso de dois eventos: a miniaturização dos aparelhos de uso doméstico (logo, alvos apropriados) e o aumento da taxa de atividade feminina (logo, dissuasão insuficiente nos lares).

No Reino Unido, a atenção dos investigadores para a prevenção situacional do crime só começa a ser significativa em 1976, ano em que o *Home Office* (órgão estatal que controla e coordena as polícias do Reino Unido) publica um estudo inspirado em dados de uma área bem distinta: o suicídio. A observação foi a seguinte: quando, nos lares britânicos, o gás natural foi substituído por gás de cidade não tóxico, o método preferencial de suicídio – o envenenamento com gás – deixou de estar disponível. O número total de suicídios diminuiu. Tal fato significou que as pessoas a quem foi negado um método preferencial de suicídio não escolheram necessariamente uma alternativa: algumas preferiram simplesmente não pôr termo à vida.

De acordo com Valente (1998):

Este padrão de substituição incompleta do método de suicídio repetiu-se nos Estados Unidos, quando foram impostos os catalisadores nos automóveis. Se tal efeito se verificava relativamente a uma decisão tão fundamental como o suicídio, também poderia ocorrer na decisão de cometer um crime. Ou seja, se a redução da taxa de suicídio podia resultar da supressão de algumas das oportunidades de suicídio, não poderia, por exemplo, operar-se uma redução nos assaltos a residências mediante a anulação de algumas das oportunidades de execução desse crime?

Tal questão originou diversos estudos sobre redução das oportunidades como instrumento de prevenção criminal, partindo do

pressuposto de que o crime resulta tanto da emergência de uma ocasião como da motivação do autor.

Nesta teoria, distinguem-se duas perspectivas. A primeira é a da atividade rotineira, segundo a qual o ambiente físico e social cria ocasiões de crime, reunindo, num mesmo espaço e num mesmo tempo, três condições de base: um delinqüente provável, um alvo apropriado e a ausência de dissuasão suficiente. A segunda perspectiva é a da escolha racional, segundo a qual o indivíduo decide cometer um crime para obter o que deseja. A passagem ao ato seria então o resultado de uma balança entre o esforço e o risco necessário ao ilícito e o benefício estimado.

A prevenção situacional vem inverter a relação das partes no sistema tradicional de gestão da segurança, em que o cidadão esperava passivamente que o Estado lhe garantisse proteção. A prevenção situacional, ao invés, assenta na importância da responsabilidade individual: é a sociedade civil e não mais exclusivamente ao Estado que caberá refletir sobre os dispositivos de segurança de que pode necessitar. O papel dos poderes públicos é o de ajudar, de controlar a sua coerência com leis e regulamentos, de verificar a sua adequação aos meios de que a sociedade dispõe e; enfim, de sancionar em caso de risco demasiado ou de medidas insuficientes.

Segundo Clarke (1991):

a metodologia da prevenção situacional deverá comportar três etapas: de início, procede-se a uma análise detalhada da forma como, em certas zonas, certos crimes são cometidos; a partir dessa análise, define-se o modo de agir sobre as condições ligadas ao ambiente e à situação, a fim de reduzir as oportunidades de passagem ao ato; enfim, determinam-se as entidades que podem implementar essas medidas de redução.

O mesmo autor estabeleceu uma classificação das técnicas de prevenção situacional, comportando doze categorias, arrumadas nos três grupos seguintes:

a) 1º grupo: **aumentar a dificuldade** do crime, que comporta quatro técnicas de prevenção: proteger os alvos (criar um obstáculo ao delinqüente utilizando meios de proteção do alvo); dificultar os acessos (visa-se recusar o acesso a indivíduos indesejáveis); orientar o público

(trata-se de desarmar os “crimes” ou incivildades; o exemplo típico é a instalação de painéis para grafites, para evitar danos em edifícios e monumentos); e restrição do acesso aos instrumentos do crime (armas de fogo, substâncias explosivas, sprays de pintura, etc.);

b) 2º grupo: **aumentar os riscos** para o delinqüente, que compreende quatro técnicas de prevenção: controle das entradas e saídas) pretende-se detectar as pessoas que entram com instrumentos do crime e as que tentam subtrair artigos nas lojas); vigilância formal (exercida por pessoas com uma função clara e precisa – polícia, vigilante); vigilância por empregados (como os vendedores nas lojas); vigilância natural (que fazemos todos os dias à nossa volta: por exemplo, a segurança de vizinhança);

c) 3º grupo: **redução dos ganhos**, que integra outras tantas técnicas: eliminação dos alvos (visa-se suprimir o objeto do crime: por exemplo, a introdução de auto-rádios portáteis); identificação, marcação dos bens (pretende-se reduzir as possibilidades de uso ou revenda do objeto furtado, e, a posteriori, permitir a sua identificação); redução das tentações (por exemplo, evitar deixar valores à vista de estranhos); afixação de regras claras (a sua ambigüidade pode levar os cidadãos habitualmente respeitadores das leis a cometerem certos crimes ou incivildades).

Naturalmente, é possível conjugar estas técnicas para aumentar a eficácia. É o caso das instituições bancárias, que combinam a proteção dos alvos (retardadores de abertura dos cofres), a dificuldade de acesso (antecâmaras), a vigilância formal, a eliminação dos alvos (limitação das somas de dinheiro nos bancos) e a identificação dos bens (maços de notas marcados).

De acordo com Clarke (1991), é possível compreender que esforços tem sido envidados no sentido de aumentar a lista de sucessos em prol do controle de certos tipos de crime através das técnicas de prevenção situacional. Esse mesmo autor menciona que:

por exemplo, alguns crimes cometidos em estações de metrô poderiam ser prevenidos através da introdução de câmaras de televisão em circuito fechado, assim como o vandalismo nos

transportes coletivos, os furtos nos estabelecimentos comerciais, nos estabelecimentos bancários ou nas estações de correio.

Cohen e Felson (1979) demonstraram a eficácia da proteção reforçada dos alvos, relativamente a furtos de cabinas telefônicas públicas. Eles também provaram o efeito da vigilância formal e informal sobre os furtos de automóveis em parques de estacionamento, e idêntico resultado foi obtido com a fixação de cartazes informando o público de que um parque de estacionamento é vigiado.

Ainda segundo Valente (1998) :

tem-se que, na área do urbanismo, certas construções se realizam sem que os arquitetos e proprietários tenham a mínima preocupação de segurança (pública). Por exemplo, quem se preocupa com as conseqüências de tal ou qual empreendimento gigantesco sobre a delinqüência no bairro em que se insere ?

A lei já impunha regras estritas para prevenir ou limitar certos riscos: é o caso da prevenção de incêndios ou dos estudos de impacto ambiental. Mas, por exemplo, o legislador francês foi mais longe obrigando, em certos casos, à realização de um estudo de segurança pública. Esse estudo deve incidir sobre os riscos que o projeto pode gerar para a proteção das pessoas e bens contra a delinqüência e sobre as medidas previstas para prevenir tais riscos.

A imposição de certas leis nacionais, aos fabricantes de automóveis, da marcação de certas peças, da instalação em série de sistemas anti-roubo e sistemas de localização via satélite (GPS), facilita consideravelmente o trabalho da Polícia e desencoraja os potenciais criminosos, sendo que os furtos de veículos e seus acessórios representam valores consideráveis. No atual campo da sociedade tecnológica, as contribuições para a prevenção da insegurança são ilimitadas.

3. GOVERNADOR VALADARES E A GESP

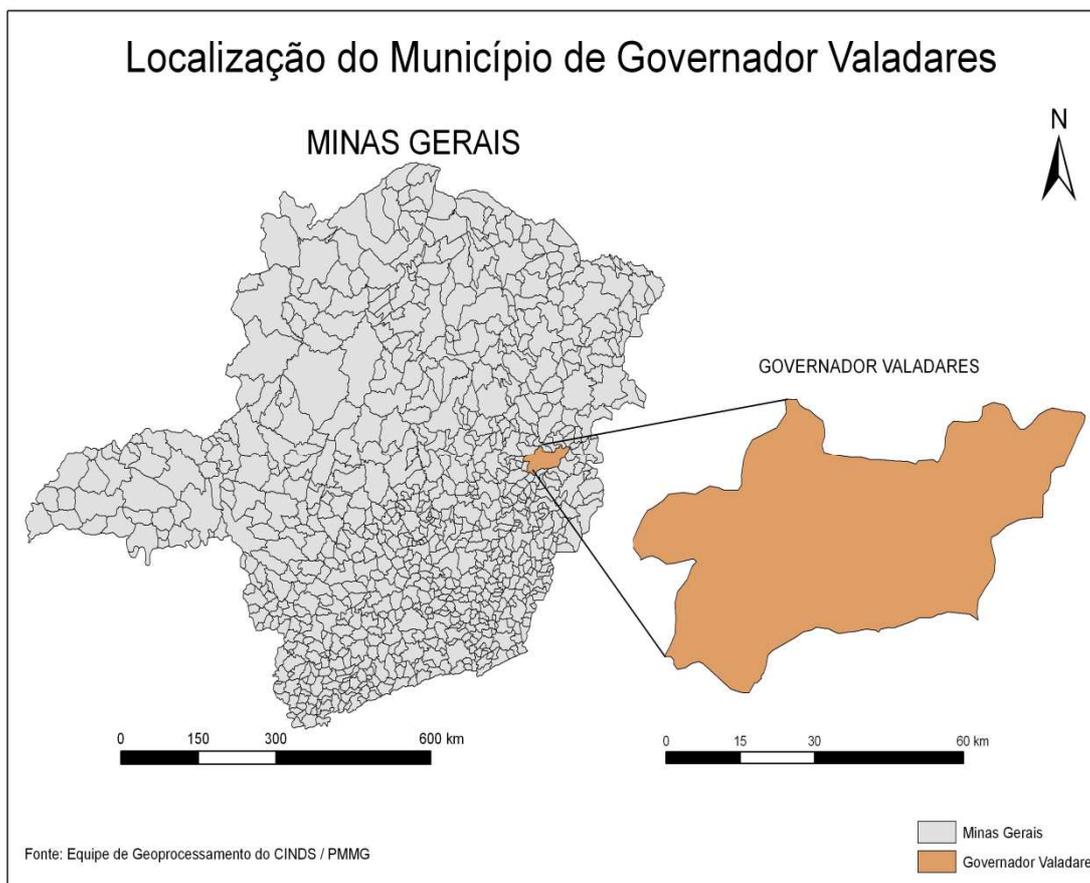
O presente capítulo traz algumas informações sobre a cidade de Governador Valadares, demonstra como era realizado o policiamento ostensivo no ano de 2009, como é o funcionamento do projeto GESP e como passou a ser realizados os trabalhos policiais na área de atuação do 6º BPM, em Governador Valadares, após a implantação desse projeto.

3.1 Informações preliminares sobre Governador Valadares

Pertencente à microrregião de mesmo nome e à mesorregião do Vale do Rio Doce, localiza-se a nordeste da capital do estado de Minas Gerais. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 sua população consta de 263.594 habitantes, sendo apontado como o nono município mais populoso do estado e o primeiro de sua mesorregião e microrregião. Está a 960 quilômetros de Brasília e de 320 quilômetros da capital mineira. Ocupa uma área de 2348,1 km². Desse total, 24,3674 km² estão em perímetro urbano.

A cidade de Governador Valadares possui localização geográfica bastante estratégica, por ser um ponto no qual se encontram três importantes rodovias sendo elas a BR-116, BR-381 e BR-259. Essas rodovias dão ou facilitam acesso a grandes centros tais como Belo Horizonte, Vitória e Rio de Janeiro. Além disso, ainda conta com a Estrada de Ferro Vitória-Minas, que cruza seu território e ainda viabiliza considerável fluxo das importações e exportações do País.

Figura 01 – Localização do município de Governador Valadares-MG.



A cidade ainda se destaca em seu turismo e esportes radicais. Em Governador Valadares está o Pico da Ibituruna. Com 1 123 metros de altitude, é um dos pontos mais altos do Leste mineiro. É sede de uma das etapas do Campeonato Brasileiro de Voo Livre sendo que os competidores saltam do pico, de onde se pode avistar toda a região do Vale do Rio Doce, inclusive grande parte do leito desse rio. Também sedia alguns campeonatos internacionais de voo livre, o que atrai a presença de muitos estrangeiros na cidade.

Além dessa sua vocação para o turismo e esportes radicais, Governador Valadares é muito conhecida como um berço de imigrantes em função do grande número de pessoas que emigram em direção aos países mais desenvolvidos, principalmente os EUA. A esse estigma soma-se a idéia de ser uma cidade que tem o dólar como moeda circulante e ficou marcada no meio policial como uma das cidades em que mais se produz passaportes falsos.

Governador Valadares tornou-se um pólo comercial e de serviços das mais variadas espécies, sendo muito conhecida como uma grande praça comercial, possuindo também fortes vocações no campo agropecuário e educacional.

Entretanto, conforme dados da pesquisa de Soares (1995), a região do Rio Doce, onde Governador Valadares está inserida, é apontada como a segunda mais pobre do Estado, em razão do PIB *per capita*, da renda média e dos índices demográficos. Essa região está no epicentro de um quadro de concentração de pobreza cujo reflexo é sentido pelos seus habitantes.

Utilizando dados do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde e dados do IBGE, em 2009, levantou-se a estimativa do risco de mortalidade por homicídios de adolescentes na faixa etária de 12 a 18 anos que residem em determinado território brasileiro. Apontou como grupo mais afetado, o da faixa etária compreendida entre 12 e 24 anos, demonstrando, em harmonia com outros estudos, que a distribuição dos crimes de homicídios não é aleatória e, ainda, que a prevalência é do gênero masculino (12 vezes maior em comparação com as mulheres). Destaca o Índice de Homicídios na Adolescência - IHA (2009) a gravidade do fenômeno no Brasil e a necessidade do direcionamento das políticas públicas. Referidos estudos apontaram Governador Valadares, no ano de 2009, como sendo o município de maior risco de morte de adolescentes no Estado. O índice de 8,5 mortes em Governador Valares é maior do que o dobro do índice para Belo Horizonte e 34,74% maior do que o índice de Contagem. É oito vezes o índice de Uberlândia e quase dezesseis vezes o índice de Uberaba. A comparação com municípios aparentemente em situação mais grave de criminalidade ou com o mesmo perfil sócio-econômico e populacional revela a gravidade e a urgência de se encontrar uma solução para o problema em Governador Valadares.

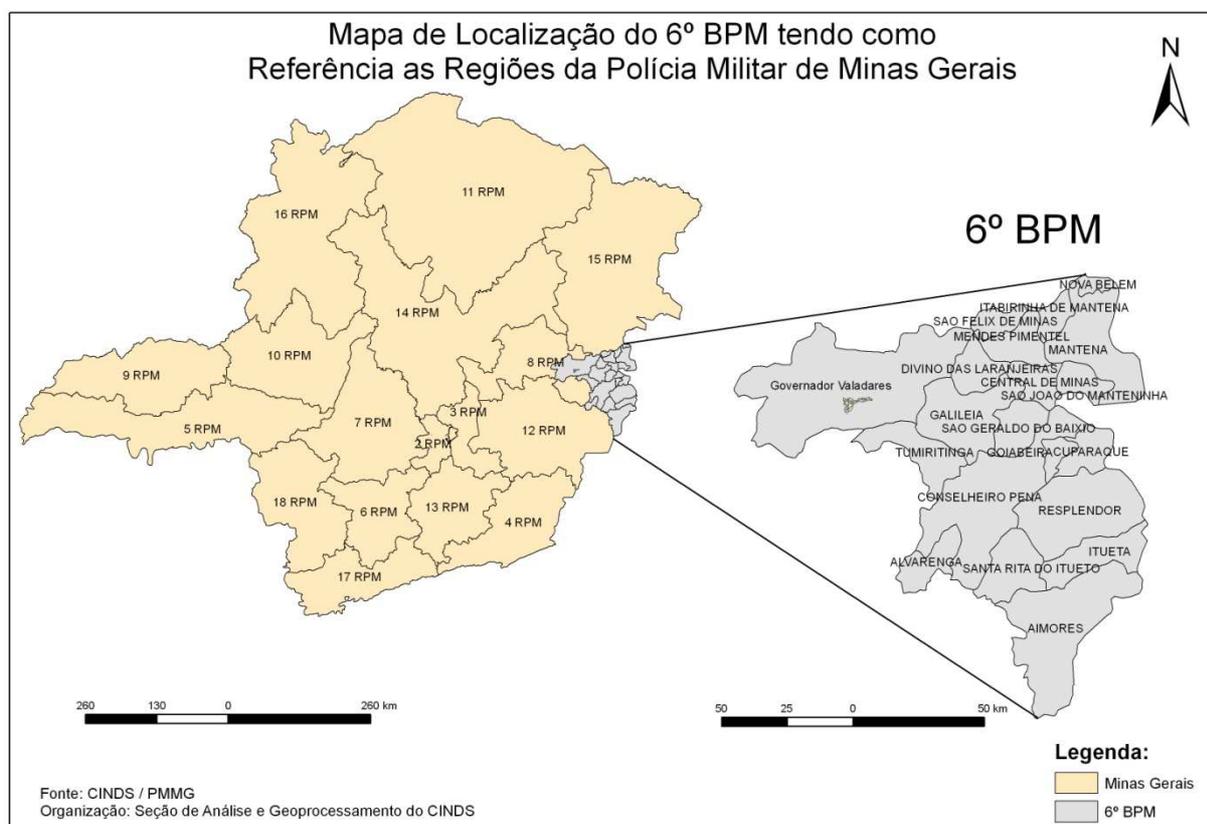
Dessa forma, já vislumbrando a necessidade de conter os avanços da violência, em especial dos crimes de homicídios, em Governador Valadares e região, mais um Batalhão de Polícia Militar foi criado e instalado na mencionada cidade, que passou a dividir com o 6º BPM a dura tarefa e promover a segurança preventiva de cidade e de mais trinta municípios situados na denominada Região do Rio Doce.

A área de responsabilidade do 6º BPM está dividida em quatro Companhias: 44ª, 49ª, 159ª e 208ª. A 44ª e 208ª Cia PM estão sediadas em Governador Valadares, a 49ª Cia PM em Aimorés e a 159ª em Mantena.

Além de Governador Valadares, as cidades de Mantena, Aimorés, Conselheiro Pena, Galiléia, Resplendor, Itueta, Cuparaque, Goiabeira, Itabirinha de Mantena, Tumiritinga, São Geraldo do Baxio, Santa Rita do Itueta, Alvarenga, São João do Manteninha, Nova Belém, Divino das Laranjeiras, Central de Minas, Mendes Pimentel e São Felix de Minas, num total de vinte, fazem parte da área de responsabilidade territorial do 6º BPM. Entretanto, o foco de nossa pesquisa estará voltado para a área de atuação do 6º BPM em Governador Valadares.

As figuras 02 e 03 que adiante seguem apresentam mapas que demonstram a responsabilidade espacial de cada um dos Batalhões mencionados.

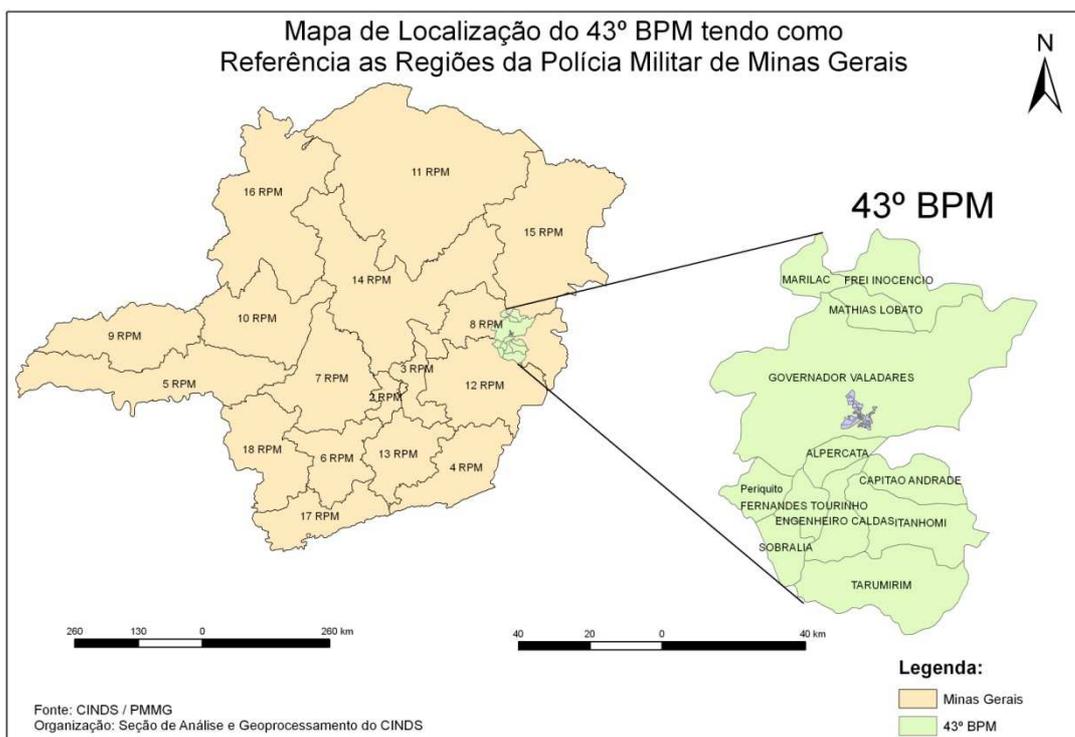
Figura 02 – Localização da área do 6º BPM



Fonte: 6º CINDS

Como pode ser verificado, a área de atuação do 6º BPM conta com vinte municípios, incluindo as regiões leste, centro, sul e norte de Governador Valadares. Sua posição geográfica faz divisa com o Estado do Espírito Santo, que possui algumas das cidades com considerável índice de crime de homicídio, como é o caso de Serra e Vitória. Vale ressaltar ainda que a integridade da segurança dessa região fronteira necessita de constante desdobramento do policiamento, adequado e específico preparo profissional, apurado conhecimento geográfico do marco divisório e estratégias operacionais efetivas.

Figura 03 – Localização da área do 43º BPM



Fonte: 6º CINDS

Já a área do 43º BPM possui um total de doze municípios, incluindo Governador Valadares. Não faz divisa com nenhum estado. Em Governador Valadares, é responsável apenas pelo policiamento da zona oeste da cidade, a partir da BR 116, trecho que divide a área de atuação dos mencionados Batalhões no âmbito desse município.

Daí organizar ações de respostas para a prevenção do crime de homicídio é uma tarefa árdua e complexa que demanda envolvimento, não apenas dos organismos policiais e do Sistema de Justiça Criminal, mas o envolvimento de toda a comunidade.

Há registro em sua história, de que a cidade de Governador Valadares por muitos anos foi palco de crimes de homicídios encomendados, ou seja, atividades de pistolagem. Como se não bastasse, o tráfico de drogas está presente nos muitos aglomerados existentes no município, alimentando ainda mais a onda de violência, mormente os crimes de homicídios, em face dos acertos de contas decorrentes.

Outra característica marcante em Governador Valadares é a ausência de indústrias de porte no município, o que tem ensejado, segundo registro da própria prefeitura municipal, tímidas arrecadações, o que tem limitado investimentos no campo social e de infraestrutura. É notório o processo de favelização em vários pontos da cidade. Esse quadro continua a alimentar ainda mais o sonho de muitos valadarenses e moradores da região a tentarem a sorte nos EUA, reforçando o sentimento de não pertencimento daquela localidade.

Segundo ainda dados do 6º Batalhão de Polícia Militar, a falta de oportunidade de trabalho e a carência de infraestrutura urbana em diversos bairros de Governador Valadares, tem contribuído para um vasto ambiente de desordens sociais, o que vem favorecendo significativamente a tendência de aumento dos registros de ocorrências policiais nos últimos anos.

Com essa falta de investimento, a arquitetura urbana em Governador Valadares vem se degradando em diversos pontos, por meio de construções inacabadas, terrenos baldios, imóveis abandonados, obras públicas sem vigilância, dentre outros problemas do gênero. A degradação do ambiente urbano tende a impactar negativamente no campo da segurança pública, pois, conforme o que está sendo estudado através da presente pesquisa, locais descuidados geram ambientes propícios a prática criminosa, comprometendo assim a qualidade de vida das pessoas.

3.2 Governador Valadares antes da implantação da GESP

Antes de se implantar a GESP, ou seja, no ano de 2009 o policiamento preventivo na área do 6º BPM cumpria as escalas de serviços rotineiras e aquelas que objetivavam cobrir eventos especiais, que fugiam a rotina. Não havia um plano de emprego operacional atualizado, levando-se em conta a realidade geográfica da cidade. Não era disponibilizado ao policial um cartão constando as atividades laborativas que deveria desenvolver ao longo de seu turno de serviço.

De acordo com os registros do 6º BPM, os índices de crimes violentos em Governador Valadares no ano de 2009 evidenciavam um quadro de insegurança. O policiamento promovido pelo 6º Batalhão não se trabalhava com a idéia de distribuição dos seus recursos humanos e logísticos dentro de seu espaço de responsabilidade territorial por meio da setorização do policiamento.

A localização da sede da 44ª Companhia, responsável pelo policiamento da área central em Governador Valadares era dentro de um complexo que conta com outras unidades como o 6º Batalhão, o Centro de Apoio Administrativo, o Colégio Tiradentes, uma Companhia de policiamento especializado, o Núcleo de Assistência a Saúde, além da praça de esporte de uso da tropa. Isto é, num determinado ponto da cidade, mais precisamente no bairro Lourdes, havia uma concentração de unidades e atividades policiais em detrimento de outras localidades da cidade carentes de segurança. Apesar da divisão dos Batalhões através de Companhias, a verdade é que ainda assim os espaços geográficos dessas companhias ainda continuam extensos para se implantar atuações mais pontuais, direcionadas e eficazes. Identificar os locais degradados, espaços urbanos desorganizados e rotas de fugas, ainda representava um desafio para os policiais. O mesmo policial que combatia o crime na zona Sul, o enfrentava também em outras regiões e bairros da área de sua Companhia, sem levar em conta a idéia de identificação com o espaço urbano de atual, ficando assim longe da idéia de gestão espacial.

Esforços eram envidados diuturnamente, porém as informações espaciais não tinham o tratamento adequado. Os problemas segurança identificados não eram combatidos pela mesma equipe de policiais. Na verdade eram repassados a várias equipes, obedecendo-se as escalas de serviço, o que ensejava em dificuldades no equacionamento dos problemas. Tal situação redundava muitas das vezes em retrabalhos e obtenção de resultados meramente paliativos e acanhados. Não se buscava estudar os espaços degradados inseridos no conjunto arquitetônico e paisagístico de Governador Valadares.

O policiamento era lançado conforme a escala de serviço, não havendo, no entanto, por parte dos militares uma familiarização com as localidades em que trabalhavam e nem uma aproximação adequada com os moradores dos bairros. O policial não era empregado nas localidades das cidades por tempo capaz de permitir a construção de uma relação saudável com a comunidade. Não havia um critério definido associando determinado contingente policial ao espaço urbano.

Operações e ações policiais eram desencadeadas em vários pontos da cidade, não havendo uma estratégia bem definida que pudesse envolver demais seguimentos da sociedade e mesmo outros órgãos governamentais. Na verdade não era utilizado um plano de emprego operacional bem elaborado, abordando todas as adversidades que abrangem a área do 6º BPM. Referido Batalhão se reunia com a Polícia Civil e Ministério Público eventualmente. Apenas com órgãos da Prefeitura Municipal era freqüente esse tipo de reunião.

A reincidência criminal nos diversos espaços urbanos de Governador Valadares vinha sendo acompanhada, porém mensalmente, logo após a divulgação dos dados estatísticos. A falta de um acompanhamento diário da criminalidade violenta comprometia a eficácia das respostas operacionais que eram dadas por parte do 6º Batalhão. Não havia cartão-programa específico para cada espaço urbano, nem orientações estratégicas para obtenção de resultados, o que minava os esforços operacionais realizados. Quando ocorriam, as reuniões com a comunidade eram acanhadas e não resultavam em resultados positivos práticos. Apenas o bairro Carapina, um aglomerado apontado como violento em face de seu histórico criminal, contava com

policciamento cujas características sugeriam um processo de policiamento setorizado.

Ao contrário dos grandes centros, o investimento em tecnologia em prol do policiamento preventivo ainda não se tornou uma realidade em Governador Valadares, pois o projeto de instalação de com câmaras de segurança eletrônica junto aos principais logradouros tido com de grande incidência delitiva até o final dessa pesquisa não havia sido concluído.

A falta de uma base de policiamento a pé e motorizado na área central, local de grande índice criminal, continuava a ser uma aspiração do 6º BPM, que não se concretizava, devido a questões que não se mostraram muito claras à época.

Tem-se ainda que a rotina do policiamento em Governador Valadares, na área de atuação do 6º BPM, continuava a ser limitada, sendo portanto acanhada diante da grande aspiração por mais segurança demonstrado por grande parte da população ordeira e órgãos da mídia.

3.3 O projeto GESP

Além da conceituação inicial constante do capítulo introdutório desta pesquisa, o presente projeto procura personalizar as ações policiais às peculiaridades de cada localidade, de cada bairro, de cada comunidade, por meio da setorização do policiamento.

O principal objetivo deste projeto é fortalecer a possibilidade de uma real aproximação dos profissionais de segurança junto à comunidade residente no espaço onde atuam, de forma a conhecer cada uma das peculiaridades da geografia urbana dos bairros que compreendem a cidade alvo do esforço operacional e, a partir daí, buscar a melhor forma e mais eficaz de atuação da polícia em prol do bem estar da comunidade.

Uma vez desenvolvido suas intervenção e seu conjunto de estratégias, a GESP, dentre outras coisas, oferece uma série de vantagens:

- a) propõe a delimitação de espaços geográficos, através de grupos de bairros, denominados setores;
- b) permite a identificação e familiarização dos policiais com as características dos setores, cujas ações e operações se voltam para o atendimento dos anseios daquela comunidade ordeira;
- c) possibilita uma análise criminal mais detalhada e diária em nível de setor, destacando logradouro, dia da semana e horário, além de listar infratores contumazes e suas fichas criminais;
- d) propicia facilidade quanto ao acionamento da Polícia Militar;
- e) proporciona maior autonomia aos comandantes de setores para empregarem seus recursos humanos e materiais, de acordo com a demanda identificada;
- f) adota escalas de serviços por setor; possibilita o emprego do PM no setor onde reside ou onde se encontra familiarizado, desde que não haja nenhum inconveniente;
- g) facilita o entendimento das condicionantes que levam a prática de crimes violentos, em especial os homicídios e suas tentativas, envolvendo principalmente adolescentes;
- h) potencializa a filosofia de polícia comunitária, inclusive através de processos de treinamento, capacitação e de reciclagens;
- i) impõe uma capacidade de mobilização dos diversos atores sociais na busca conjunta de solução de problemas sociais e de segurança pública, levando-se em consideração a demanda de cada setor;
- j) potencializa reuniões periódicas considerando que as comunidades e suas lideranças estarão tratando de problemas específicos, e não generalizados;
- k) potencializa o desenvolvimento de novas estratégias de intervenção comunitária de forma setorizada; prima pelo monitoramento e avaliação periódica dos indicativos de violência, criminalidade e de sensação de segurança;
- l) fomenta a realização de parcerias em prol do desenvolvimento de projetos sociais específicos, com destaque para a inserção dos excluídos e transformação de ambientes degradados;

- m) implanta cartões de policiamento orientado para resultado para todos os tipos de serviços nos setores dos diversos pontos da cidade;
- n) sugere o planejamento de operações específicas, para cada setor, focadas na repressão qualificada;
- o) permite a difusão de medidas de auto proteção específicas para cada setor, junto aos estabelecimentos comerciais e demais pessoas jurídicas;
- p) propicia o desenvolvimento de novas estratégias de policiamento capazes de impactar positivamente a criminalidade nos espaços urbanos.

O conceito de GESP pode ser entendido também como sendo o tratamento da informação espacial direcionado a potencializar a promoção da segurança pública, a partir de espaços adequadamente delimitados, facilitando aos comandantes e chefes de grupos de policiais o acesso a um conjunto de estratégias e ferramentas de gestão, direcionadas ao fortalecimento de ações e operações policiais, controle e redução do crime.

Com a implantação da GESP no âmbito da Unidade, o policiamento passou a ser realizado levando-se em conta quatorze ferramentas de gestão, compreendidas por quatro formas de intervenção, conforme adiante se vê na figura 2, que foram colocadas a disposição dos Comandantes de Companhia, Pelotão/Setor, podendo ser utilizada em territórios destinados a Destacamento.

Tabela 2 – Formas de intervenção e ferramentas da GESP

GESTÃO ESPACIAL DE SEGURANÇA PREVENTIVA	
Formas de intervenção no espaço	Ferramentas de gestão a serem aplicadas
Atividades de Prevenção Ativa	- Implantação de Setorização.
	- Desenvolvimento de reuniões comunitárias.
	- Desenvolvimento de projetos sociais.
	- Implementação de redes de Proteção comunitária.
	- Capacitação de promotores da paz.
	- Identificação de áreas degradadas.
Repressão qualificada	- Monitoramento de grupos vulneráveis
Análise criminal	- Monitoramento de infratores e vítimas em potencial.
	- Implementação de cartão-programa orientado para resolução de problema
	- Informativos eletrônicos periódicos.
Produção de conhecimento	- Acompanhamento diário da criminalidade.
	- Avaliação operacional periódica
	- Elaboração de pesquisas de avaliação da qualidade.
	- Controle de produtividade.

Fonte: 6º BPM

3.4 Governador Valadares após a implantação da GESP

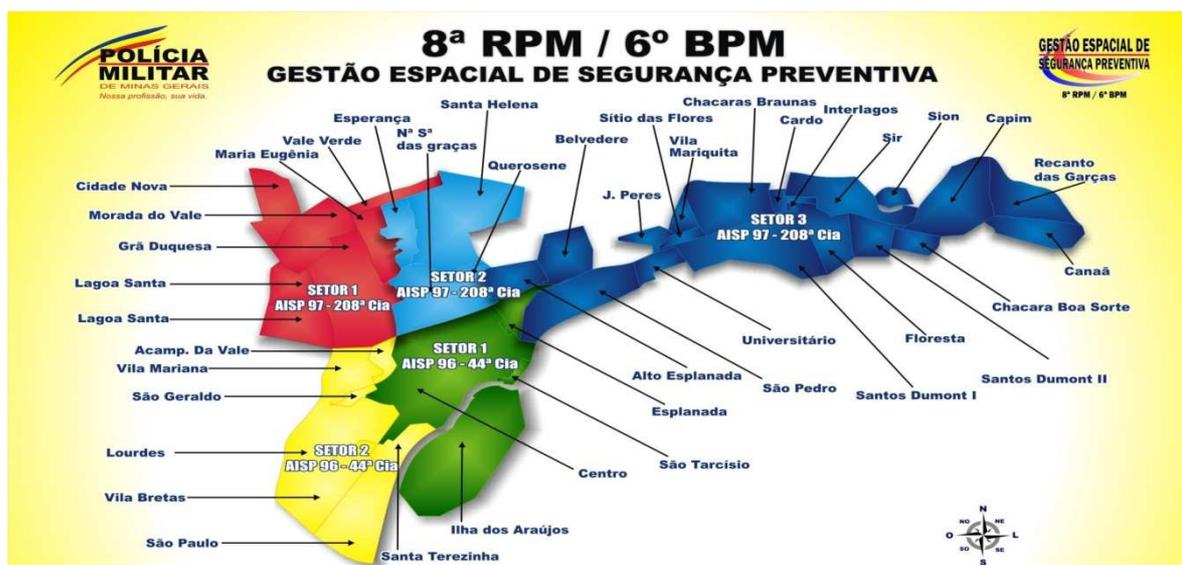
Ao assumir o Comando do 6º Batalhão e após conhecida a realidade sócio-econômica, geográfica e cultural de Governador Valadares, que em nada mudou em relação às informações contidas no capítulo anterior, além é claro dos índices criminais, passamos a reforçar a bagagem e os conhecimentos dos policiais lotados na citada Unidade nos campos da política, gestão pública, produção de informações, planejamento e técnicas operacionais, voltados para as atividades de prevenção e enfrentamento dos conflitos identificados na cidade.

No entanto, nossa grande ênfase foi direcionada para associar o foco de cada trabalho policial à realidade geográfica dos diversos espaços identificados, aferindo suas potencialidades e fraquezas, por meio de métodos de prevenção criminal e de tratamento da informação espacial.

Tendo como objetivo maior inovações em prol da redução da criminalidade violenta, no início do ano de 2010, foi idealizado e implantado o projeto denominado Gestão Espacial de Segurança Preventiva (GESP) com amplitude em toda área do Batalhão, ou seja, em todos os vinte municípios nos quais lhe competia promover a segurança pública. O Comandante do 6º Batalhão, ora pesquisador, percorreu toda a sua área de responsabilidade territorial difundindo o presente projeto junto a seus comandados.

Com a aplicação da GESP os espaços geográficos de atuação policial na área de responsabilidade do 6º BPM, em Governador Valadares, foram delimitados de forma criteriosa e adequada, permitindo uma objetiva divisão setorial, por meio de agrupamento de bairros, levando-se em conta modalidades delituosas de maior incidência, aspectos geográficos, arquitetônicos, econômicos, sociais, os quais têm à frente policiais militares escolhidos pelos Comandantes de Cia, conforme se verifica adiante no esboço constante da figura 04.

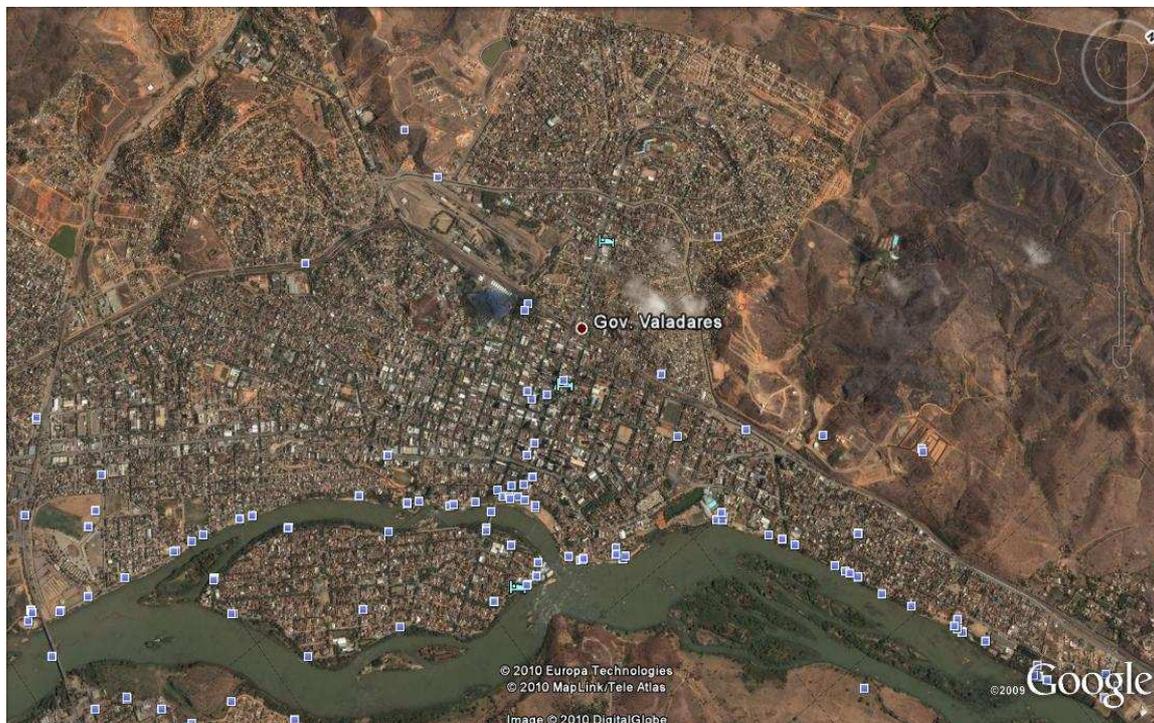
Figura nº 04 - Esboço da setorização em Governador Valadares



Fonte: 6º BPM

Adiante na figura 05 temos uma visão por meio do programa Google Earth da área de responsabilidade territorial do 6º BPM.

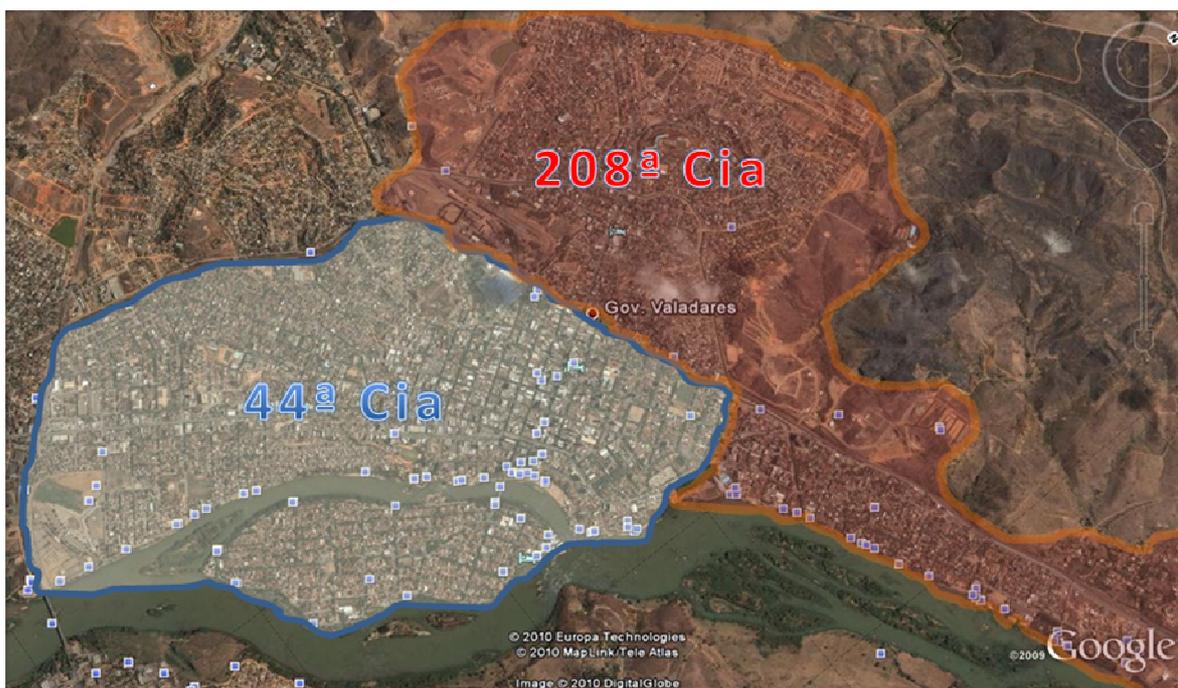
Figura 05 – Espaço de responsabilidade do 6º BPM



Fonte: Google Earth

Em seguida temos as figura 06 a 11 que constam a área de atuação do 6º BPM dividida em áreas de atuação de suas duas companhias operacionais e seus respectivos setores.

Figura 06 – Espaço de atuação das companhias do 6º BPM



Fonte: Google Earth

Figura 07 – Setor 01 da 44ª Cia



Fonte: Google Earth

Figura 08 – Setor 02 da 44ª Cia



Fonte: Google Earth

Figura 09– Setor 01 da 208ª Cia



Fonte: Google Earth

Figura 10 – Setor 02 da 208ª Cia



Fonte: Google Earth

Figura 11 – Setor 03 da 208ª Cia



Fonte: Google Earth.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O presente capítulo apresenta tópicos que demonstram os resultados da GESP, seus impactos operacionais e sociais, as taxas criminais, enfim, os resultados alcançados. A análise e interpretação dos dados coletados são abordados neste capítulo.

4.1 Impactos operacionais e sociais

Os impactos operacionais e sociais proporcionados pela implantação da GESP, principalmente a partir da setorização, passam a ser visíveis na medida em que o volume de resultados começa a ser aferido. Diversos trabalhos direcionados para prevenir a prática criminal e conter a contumácia delitiva são levados a efeitos potencializando a busca por resultados.

A 44ª Cia PM que estava instalada no complexo, sede do 6º BPM, foi descentralizada para um espaço urbano de convivência da Prefeitura Municipal, no bairro São Paulo, onde reúne um conjunto de salas e praça de esportes, cuja estrutura apesar de recém inaugurada vinha sendo depredada pelos usuários de drogas e malfeitores, gerando elevado índice criminal, instalando a sensação de medo. A figura 12 que adiante segue demonstra a nova estrutura da mencionada companhia e como ficou sua instalação. A partir daí, projetos sociais em conjunto com a prefeitura municipal foram retomados e a população que havia se afastado desse espaço, voltou a freqüentá-lo, levando inclusive seus familiares. Assim as pessoas passaram a usufruir da estrutura de entretenimento oferecida pelo espaço público municipal. Foi uma importante forma de também aproximar os policiais da população que estava carente de segurança pública. Com base nos resultados que passaram a ser mensurados, não foi difícil de constatar que essa Companhia, uma vez instalada junto a uma grande praça pública ficou melhor e mais estrategicamente posicionada na cidade.

Figura 12 – Nova sede da 44ª Cia PM



Fonte: 6º BPM

Através da figura 13, é possível constatar uma reportagem que traz informações positivas manifestadas pela mídia de Governador Valadares a respeito da nova sede da 44ª Cia PM. Demonstra inclusive a população participando de recreações, fato que anteriormente não ocorria devido à presença constante de traficantes e usuários de drogas no local. As ações policiais antes dessa implantação eram apenas paliativas, pois assim que os policiais iam patrulhar outro local, os malfeitores e usuários de drogas retornavam. Daí a ocupação pela PM desse espaço se deu em caráter permanente, por meio de estrutura física de Companhia, o que representou um marco importante em prol da garantia da tranqüilidade e qualidade de vida das pessoas.

A reportagem que adiante segue na figura 13 veicula a informação de que em apenas duas semanas de instalação da citada Cia, moradores já apontaram melhoras no local. Tal situação vai ao encontro do estudo realizado por Kelling e Coles (1996), apud Bondaruk (2006), quando foi verificado que

para se tornar mais efetiva a segurança nas cidades é necessário enfrentar a desordem urbana ao invés de mirar tão somente o crime.

Figura 13 – Reportagem sobre a nova sede da 44ª Cia

LEGITIMIDADE

DIÁRIO DO RIO DOCE cidades 255
Governador Valadares, domingo, 22 de agosto de 2010

Polícia nas ruas para a segurança da população

COM POUCO MAIS DE DUAS SEMANAS DE PRESENÇA DA 44ª CIA. DE POLÍCIA MILITAR NA PRAÇA DO BAIRRO SÃO PAULO, MORADORES JÁ APONTAM MELHORIAS NO LOCAL

DESAFIO DE SEGURANÇA
A. Almeida

“Não existe nada melhor do que a sensação de segurança. Pode vir àgracia com nossos filhos pequenos, praticar esportes, caminhar calmamente que não saímos vítimas da violência urbana, isso não tem preço”. As palavras de Maria Abreu, 45, refletem os resultados de pouco mais de duas semanas de instalação da 44ª Companhia de Polícia Militar em uma praça localizada no bairro de São Paulo, em Valadares. O local, antes tomado por ter sido tomado pelo tráfico e o uso de drogas, tornou-se agora um espaço público de lazer.

Segundo os moradores da região, ainda há muito trabalho a ser feito para combater de uma vez por todas os graves problemas de violência na região. Mas é impressionável, de acordo com eles, que a presença da sede da polícia na praça e os trabalhos desenvolvidos pelos PMs comunitários já começaram a surtir efeitos. “Se eu tivesse um filho mais seguro. Ainda há muito a ser feito, mas não há como comparar com a insegurança em que vivíamos antes. Essa praça vive agora cheia de pessoas de todas as idades. Antes ninguém vinha aqui, por aí era chamada por ‘vandalos’”, conta Fernando Leite, de 29 anos.

POLÍCIA COMUNITÁRIA
O comandante da 44ª Companhia, o capitão Edgar Antônio de Souza, explicou que os trabalhos da polícia, hoje, estão voltados para uma aproximação com a comunidade. “É uma meta da PM trabalhar de forma descentralizada. Essa é a filosofia da Polícia Comunitária, que está sendo implantada em muitos locais. Queremos reduzir aquela época em que as pessoas cobriam o policial que trabalhava no seu bairro.”

Ainda para o bairro São Paulo, o capitão o cidadão, reflete essa nova perspectiva de trabalho da PM. “Nós sabemos que o São Paulo é o bairro que mais indica índices altos de violência. Aqui, as pessoas querem a aproximação da polícia, e nós queremos esta aproximação com a comunidade. Agora estamos em duas unidades. Temos lá as casas das pessoas e as escolas do bairro. Vamos saber quem são os moradores, e eles vão saber quem são os policiais que poderão auxiliar em caso de algum crime.”

Segundo Souza, os trabalhos acontecem de acordo com a característica de cada bairro. “No Santa Teresinha, nosso foco é o combate ao tráfico de drogas, que sabemos que é um problema sério naquela região. Já no São Paulo temos mais problemas com alguns pequenos grupos de adolescentes que se unem para cometer vandalismo. Mas nós já identificamos praticamente todos eles e estamos indo às casas deles para acompanhamento de seus pais.”

“PMs não vai ficar estacionado na praça onde antes funcionava a Escola Estadual Santa Teresinha. O local vai ser polido para receber bicicletas nos bairros Santa Teresinha e São Paulo. Essa é nossa meta filial. É um espaço de lazer para os moradores da comunidade. Uma praça, não precisamos de crime. Não temos dúvida de que isso é a melhor estratégia para a polícia.”

PM MOVÊ:
Os trabalhos de aproximação com a comunidade nos dois bairros deve ser otimizado, de acordo com o comandante, com a chegada da base móvel da Polícia Militar, prevista ainda para este ano. A viatura será uma tentativa de trazer de volta do 44ª, “O

Fonte: 6º BPM

Reuniões periódicas (preferencialmente mensais) com a comunidade, identificando os anseios e problemas relacionados à segurança pública, passaram a ser realizadas, tendo por escopo buscar soluções e respostas em conjunto, envolvendo integrantes do CONSEP e demais órgãos do Sistema de Defesa Social. O grande diferencial dessas reuniões é que os limites espaciais da setorização passaram a ser observados, tornando-as mais interessantes aos olhos dos participantes, pois as questões tratadas estavam diretamente relacionadas aos problemas que os afetavam. Passou-se a evitar,

portanto, reunir com moradores da zona leste para discutir problemas que afetam não somente a área central ou mesmo outra região da cidade. Em muitas das reuniões realizadas, policiais do setor participavam, inclusive para esclarecer questionamentos dos participantes, momento em que se interagiam com as pessoas, propiciando um clima de aproximação e de troca de experiências, dando transparência e legitimidade ao processo.

A partir das informações coletadas, durante as reuniões comunitárias setorizadas, redes de proteção dentro da metodologia da setorização dos espaços urbanos eram criadas, potencializando a prevenção de moradores de bairros e de comerciantes da cidade. Tais redes são conhecidas como rede de vizinhos protegidos, onde medidas de autoproteção específicas foram difundidas para o público alvo e direcionadas para contenção de práticas delitivas com maior incidência nos setores.

Objetivando propagar informações sobre cidadania para as crianças e adolescentes, e oferecer momentos de entretenimento e de aprendizado que possam influenciar na segurança preventiva, através do desenvolvimento de projetos sociais, grupo de militares foram selecionados e treinados no sentido de desenvolverem projetos sociais setorizados em espaços urbanos carentes. Investiu-se, portanto no aprimoramento profissional, tendo se destacado projetos como Jovens Construindo a Cidadania (JCC), Programa de Resistências às drogas (PROERD) e Grupo Operacional Escolar (GOE), todos esses voltados para o público escolar, tendo sido fortalecidas ações de prevenção dentro e fora das salas de aulas.

Em alguns setores foi detectado o aumento de ações criminais contra escolas públicas, ficando em alguns casos evidenciado a fragilidade estrutural desses estabelecimentos. Como resposta por parte da PM parcerias foram desenvolvidas no sentido de que as escolas públicas franqueassem o uso de microcomputadores conectados a internet para equipe de militares do policiamento motorizado registrar ocorrências policiais, aquelas conhecidas como de registro posterior. Dessa forma, ao invés de registrar tais ocorrências nas unidades da Polícia Militar, onde certamente a demanda por policiamento é insignificante, as escolas públicas passaram a contar com a presença de viaturas policiais com maior frequência, o que certamente contribuiu para a redução de ocorrências policiais nas escolas. Através de computador

do crime. Através de ações multidisciplinares, envolvendo diversos órgãos públicos, esforços foram envidados voltados para a transformação desses ambientes. A figura 15 que adiante segue traz uma reportagem que resume o resultado de algumas ações multidisciplinares encabeçadas pelo 6º BPM em Governador Valadares. Um imóvel de estrutura degradada na área central de Governador Valadares, que há 50 anos funcionava como casa de prostituição, após várias ações multidisciplinares, por determinação judicial, foi demolido, sob os aplausos dos moradores do seu entorno.

Figura nº 15 – Reportagem sobre combate à prostituição e tráfico drogas



Fonte: 6º BPM

As ações de intervenções em setores na cidade de Governador Valadares eram propostas com base num modelo desenvolvido dentro da metodologia da GESP. A tabela 03 que adiante segue apresenta de forma bastante objetiva quais os quesitos suscitados quando das reuniões voltadas para as proposituras de ações multidisciplinares.

Tabela 03 – Ações de intervenção nos espaços

<i>O quê deve ser feito?</i>	<i>Quando deve ser feito?</i>	<i>Quem fará?</i>	<i>Onde será feito?</i>	<i>Porque será feito?</i>	<i>Como será feito?</i>	<i>Quanto custará?</i>
Melhorar a iluminação do local	Em até 30 dias	CEMIG & SEMOV	Pontos de iluminação precária no bairro	Locais escuros ou mal iluminados propiciam o crime	Visita in loco por funcionários do SEMOV	
Refazer o muro do CEAM (arquivo)	Planejamento imediato	SEMOV	Entorno do local	Muro degradado permitindo acesso de estranhos	Com intervenção da secretaria de obras	
Emprego da Base Comunitária Móvel mais POG	Imediatamente	PMMG	Ruas do bairro São Geraldo	Inibir a prática de crimes no local	Nos horários de maior incidência criminal	
Operação conjunta com fiscalização Sanitária e Posturas	Sexta-Feira às 16 horas	Vigilância Sanitária, Posturas e PMMG	Ruas do bairro São Geraldo	Evitar q/ os estabelecimentos sejam desviados de sua finalidade	Fiscalização “in loco” de alvarás e abordagens	
Fiscalização dos estabelecimentos comerciais da região e verificação de alvarás, salubridade, etc.	Em Até 15 dias	Prefeitura (posturas e vigilância sanitária)	Ruas do bairro São Geraldo			
Repressão qualificada conjunta	Planejamento imediato	PM & PC (Del de Tóxicos)	Ruas do bairro São Geraldo	Inibir a prática de crimes	Instauração de IP e obtenção de Mandados Busca	
Limpeza do ambiente e pintura de meio fio	Em até 30 dias	SEMOV	Ruas do bairro São Geraldo	Melhorar o aspecto visual e urbano do local	Verificação da necessidade e execução	
Notificação de proprietários de lotes vagos	Em até 30 dias	Prefeitura (Posturas & SEMOV)	Ruas do bairro São Geraldo	Visando a limpeza dos lotes e seu isolamento	Notificando proprietários para a limpeza dos lote	

Fonte: 6º BPM

Outras tantas ações sob a concepção da setorização passaram a ser deflagradas, levando-se em conta um rol de prioridades estabelecidas pelo 6º BPM. Como é o caso de ações voltadas para proteção de grupos vulneráveis

existentes nos setores, os quais passaram a ser identificados, como por exemplo mulheres vítimas de violência doméstica. Após isso eram convidados a participarem de palestras promovidas por policiais femininas, treinadas para orientá-las em como proceder nesse caso. Outros órgãos pertinentes a essa questão passam a ser convidados também a participar dessa empreitada.

Da mesma forma, infratores contumazes, após identificados, passaram a ser monitorados em cada setor, buscando-se o controle e a redução da prática delituosa. Fichas de acompanhamento de infratores contumazes foram mantidas atualizadas e passaram a ser analisadas em reuniões multidisciplinares periódicas com autoridades da Polícia Civil e Ministério Público. A partir daí, ações conjuntas com integrantes do Ministério Público e Polícia Civil passaram a fazer parte da agenda de trabalho do 6º BPM, que contou sempre com o apoio do Poder Judiciário local.

Conforme se verifica do que foi relatado até agora, muitas reuniões foram realizadas, as quais contaram com a participação de pessoas da comunidade residente nos diversos pontos da cidade de Governador Valadares. Tem-se na verdade uma amostra alinhada ao entendimento de SANTOS (1982), quando concluiu por meio de seus estudos que o espaço urbano deve ser compreendido de acordo com sua totalidade, estudando-se os seus elementos em conjunto, dando destaque ao ser humano como agente fundamental no fornecimento de trabalho e na criação de infra-estruturas técnicas e sociais no território.

Com a implementação do cartão programa específicos para cada setor, o policiamento passou a contar com informações atualizadas e precisas, potencializando assim o patrulhamento preventivo, levando-se em consideração aspectos geográficos e temporais da criminalidade. Atualizado semanalmente, o cartão-programa passou a contar dentre outras informações com o mapa da criminalidade, a incidência criminal e a identificação e análise dos problemas existentes em cada setor, conforme se verifica na figura 16.

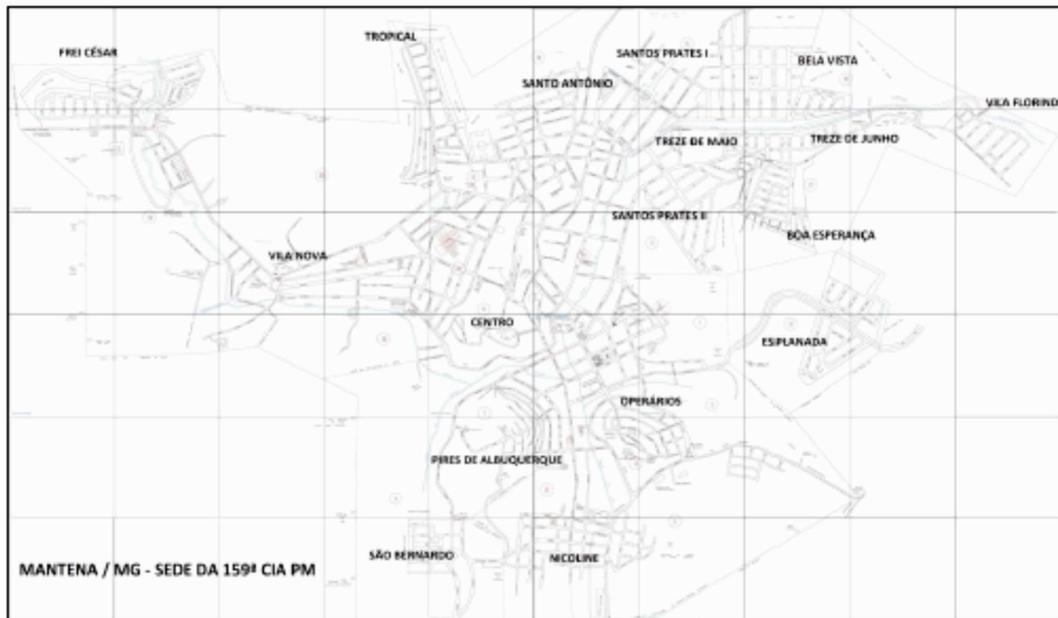
Figura 16 – Cartão-programa orientado para resolução do problema.



CARTÃO – PROGRAMA ORIENTADO PARA RESOLUÇÃO DE PROBLEMA
 FRAÇÃO: _____

PERÍODO: _____

1 MAPA DA CRIMINALIDADE



2 INCIDÊNCIA CRIMINAL

DELITOS MONITORADOS (*)	DATA	DIA	HORA	LOGRADOURO	NR	BAIRRO

* Crimes violentos; crimes contra a pessoa; crimes contra o patrimônio.

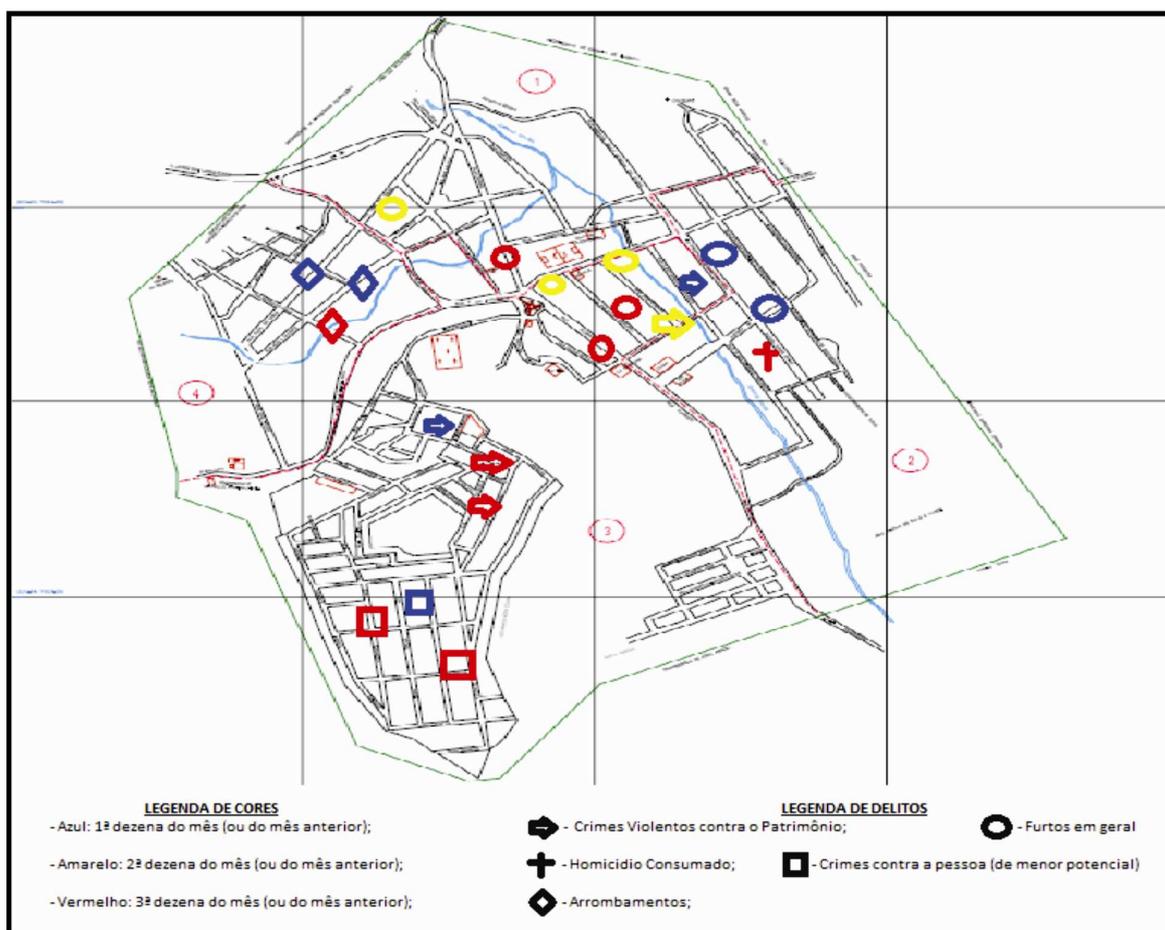
"UNIDOS SOMOS MAIS FORTES"

Fonte: _____

Fonte: 6º BPM

Diariamente, a evolução criminal em cada setor e frações do 6º BPM passou a ser analisada e monitorada, o que contribuiu para melhorar os resultados das ações e operações policiais. A figura 17 apresenta o modelo desse mapa.

Figura 17 – Modelo de mapa para acompanhamento diário dos crimes.



Fonte: 6º BPM

O desempenho operacional de todas as frações do 6º BPM passaram a ser objeto de avaliação periódicas. Isso tem permitido ao Comando do 6º BPM aquilatar os resultados alcançados, checar a efetividade das ferramentas de gestão utilizadas e apontar novos rumos, direcionados para o controle e redução da criminalidade.

Por meio da setorização, conhecimentos dos espaços urbanos passaram a fazer parte do cotidiano laborativo dos policiais, o que concorreu para que os delitos mais banais e camuflados fossem ficando cada vez mais

em evidência, favorecendo a conseqüente e adequada resposta policial. Por exemplo, o combate aos jogos de azar foram revisados e potencializados em cada setor, sendo que duas casas onde funcionavam o bingo foram definitivamente fechadas após efetivas ações policiais, conforme se verifica numa reportagem constante da figura 18 que adiante se vê.

Figura 18 – Operações combate jogos de azar.



Fonte: 6º BPM

Operações para coibir a perturbação do sossego também foram inovadas. Tais operações também contribuíram para coibir a rixa, o tráfico de drogas, os homicídios e suas tentativas. Após o adequado mapeamento dessas ocorrências, ações multidisciplinares foram devidamente direcionadas, propiciando uma ação policial na medida certa, conforme se verifica reportagem na figura 19 adiante.

Figura 19 - matéria sobre ação PM contra poluição sonora.

Poluição sonora é combatida em Valadares

CARROS, BARES E POSTOS DE ABASTECIMENTO QUE TIVEREM EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO SERÃO OS PRINCIPAIS ALVOS DA "PATRULHA DO SOSSEGO"



A INICIATIVA vai coibir o comportamento comum entre muitos motoristas de carros com equipamentos de som que excedem no barulho

Fonte: 6º BPM

da Redação

Uma patrulha multidisciplinar. É assim que a Polícia Militar considerou a "Patrulha do Sossego", lançada na última sexta-feira (10) para fiscalizar o comportamento de proprietários de carros, bares e outros estabelecimentos que tiverem equipamentos de sonorização com o uso de excessos. A equipe é composta por um policial militar do 6º Batalhão, outro da 8ª Companhia de Meio Ambiente e dois servidores municipais (do Departamento de Posturas e um agente de trânsito).

A patrulha vai medir a quantidade de decibéis nos horários de maior incidência de ocorrências de perturbação do sossego e, caso haja necessidade, serão aplicadas multas e realizadas apreensões de veículos e dos equipamentos de som flagrados em situação de excesso, inclusive outras situações a serem fiscaliza-

os acionamentos da patrulha poderão ser realizados por meio do 190. Ela disse também que nos dias em que a equipe de fiscalização não estiver em atuação qualquer reclamação também pode ser realizada pelo 190. "A partir da ligação, uma equipe da polícia vai ao local para averiguar a demanda e verificar quais medidas serão tomadas. Asequipes da Patrulha do Sossego vão trabalhar de forma itinerante, durante um turno de plantão, e poderão fiscalizar diferentes bairros da cidade", disse.

LEGISLAÇÃO

O delegado regional da Polícia Civil de Valadares, Jefferson Botelho, informou que o Brasil possui legislações nacional e estadual conhecidas como "Lei do Silêncio". A estadual não traz sanções penais, enquanto que a nacional prevê prisão de 15 dias a três meses, além de

4.2 Reflexos aferidos por meio de tabelas e gráficos

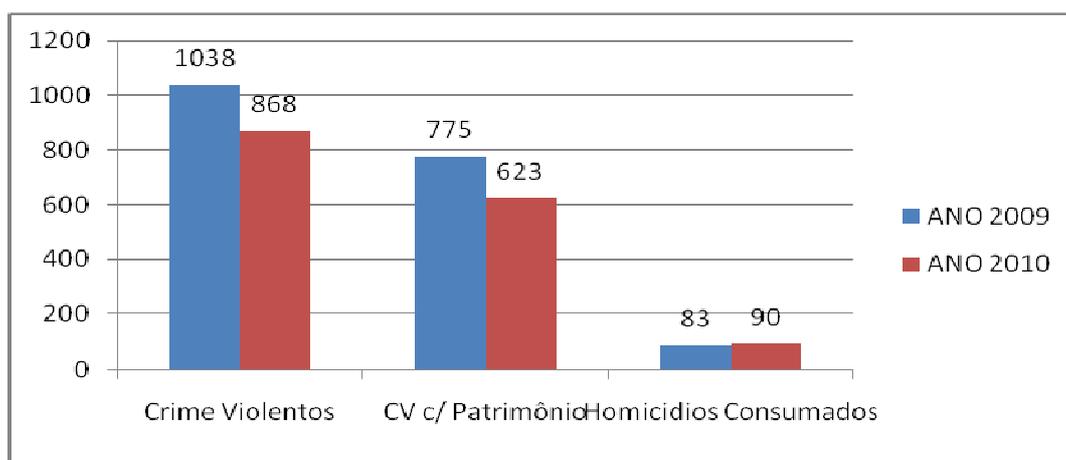
4.2.1 Na tabela 4 e figura 20 a seguir, comparando os anos de 2010 com 2009, levando-se em conta toda a área de atuação do 6º BPM, é possível verificar considerável redução dos crimes violentos como um todo. Verifica-se ainda redução significativa nos crimes violentos contra o patrimônio. No entanto, percebe ligeiro aumento nos homicídios consumados.

Tabela 4: Criminalidade violenta em toda a área do 6º BPM.

	Crimes Violentos	CV c/ Patrimônio	Homicídios Consumados
ANO 2009	1038	775	83
ANO 2010	868	623	90

Fonte: 6º BPM

Figura 20 - Criminalidade violenta em toda a área do 6º BPM.



Fonte: 6º BPM

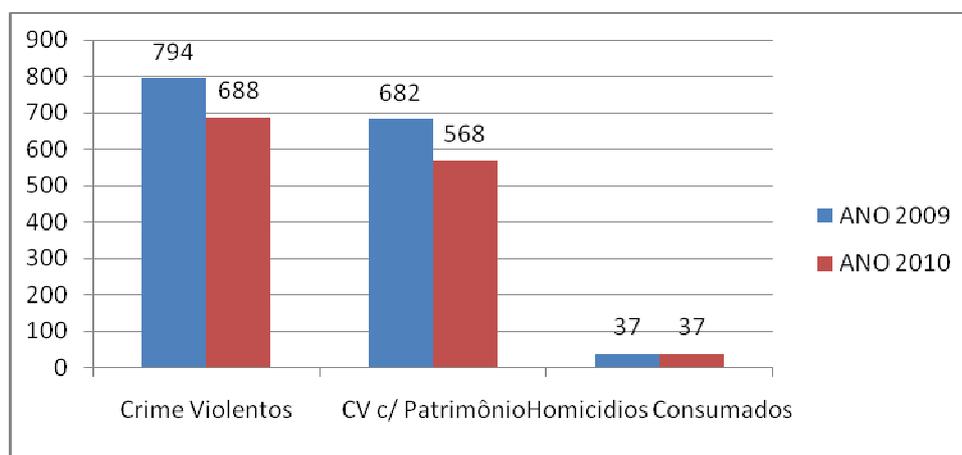
4.2.2 Na tabela 5 e figura 21 a seguir, comparando os anos de 2010 com 2009, apenas na cidade de Governador Valadares, no seu território de atuação, é possível verificar considerável redução dos crimes violentos como um todo. Verifica-se ainda redução significativa nos crimes violentos contra o patrimônio. Quanto aos homicídios consumados, nota-se o mesmo número ocorrido em 2009 novamente se repetiu em 2010.

Tabela 5: Criminalidade violenta apenas Governador Valadares (área de atuação do 6º BPM) por ano.

	Crime Violentos	CV c/ Patrimônio	Homicídios Consumados
ANO 2009	794	682	37
ANO 2010	688	568	37

Fonte: 6º BPM

Figura 21 - Criminalidade apenas Governador Valadares (área de atuação do 6º BPM) por ano.



Fonte: 6º BPM

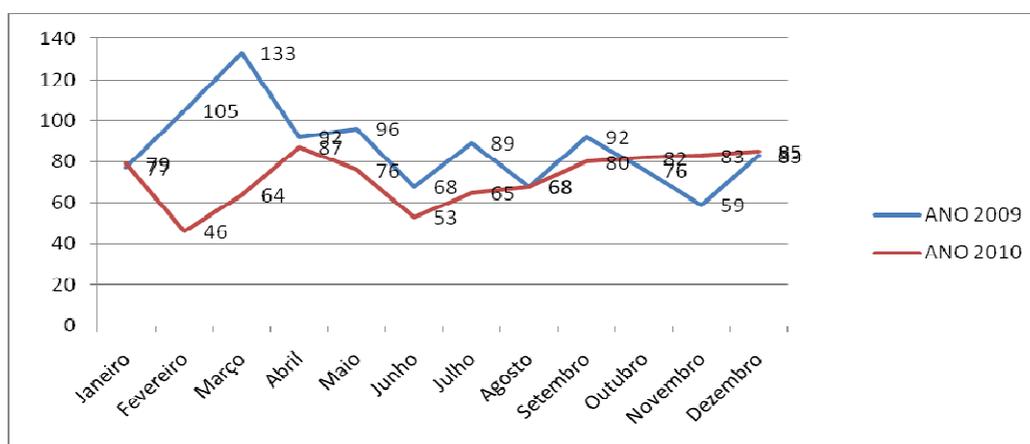
4.2.3 Na tabela 6 e figura 22 a seguir, comparando os anos de 2010 com 2009, levando-se em conta toda a área de atuação do 6º BPM, é possível verificar considerável redução dos crimes violentos como um todo nos meses de fevereiro a setembro. Ou seja, houve significativa redução dos crimes violentos durante oito meses ininterruptamente. No entanto, percebe ligeiro aumento nos meses de janeiro, outubro e dezembro, além de significativo aumento no mês de novembro.

Tabela 6: Evolução dos crimes violentos mensalmente em toda a área do 6º BPM.

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ANO 2009	77	105	133	92	96	68	89	68	92	76	59	83	1038
ANO 2010	79	46	64	87	76	53	65	68	80	82	83	85	868

Fonte: 6º BPM

Figura 22 - Gráfico contendo a evolução dos crimes violentos mensalmente em toda a área do 6º BPM.



Fonte: 6º BPM

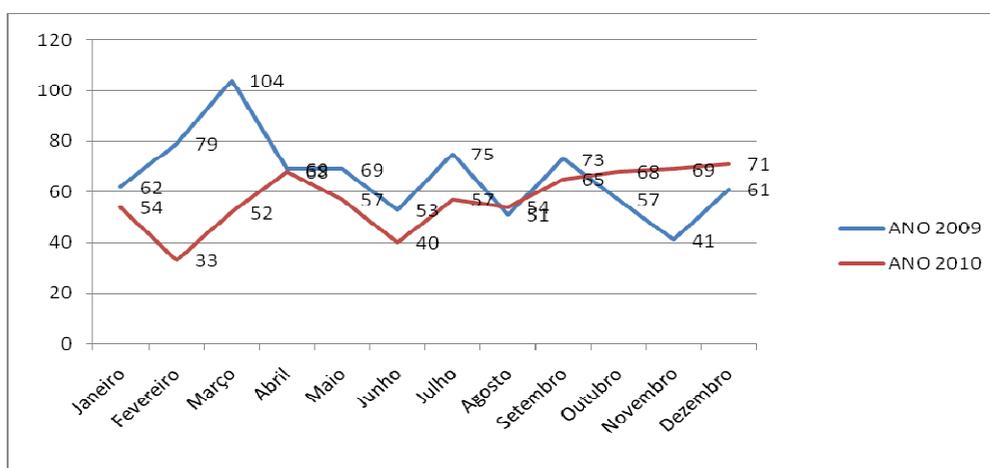
4.2.4 Na tabela 7 e figura 23 a seguir, comparando os anos de 2010 com 2009, apenas na cidade de Governador Valadares, no seu território de atuação, é possível verificar considerável redução dos crimes violentos como um todo nos meses de janeiro a julho, tendo reduzido ainda no mês de setembro. No entanto, houve aumento nos meses de agosto, outubro e dezembro, sendo que em novembro o aumento foi bastante considerável.

Tabela 7: Evolução dos crimes violentos mensalmente apenas em Governador Valadares (área de atuação do 6º BPM).

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ANO 2009	62	79	104	69	69	53	75	51	73	57	41	61	794
ANO 2010	54	33	52	68	57	40	57	54	65	68	69	71	688

Fonte: 6º BPM

Figura 23 - Evolução dos crimes violentos mensalmente apenas em Governador Valadares (área de atuação do 6º BPM).



Fonte: 6º BPM

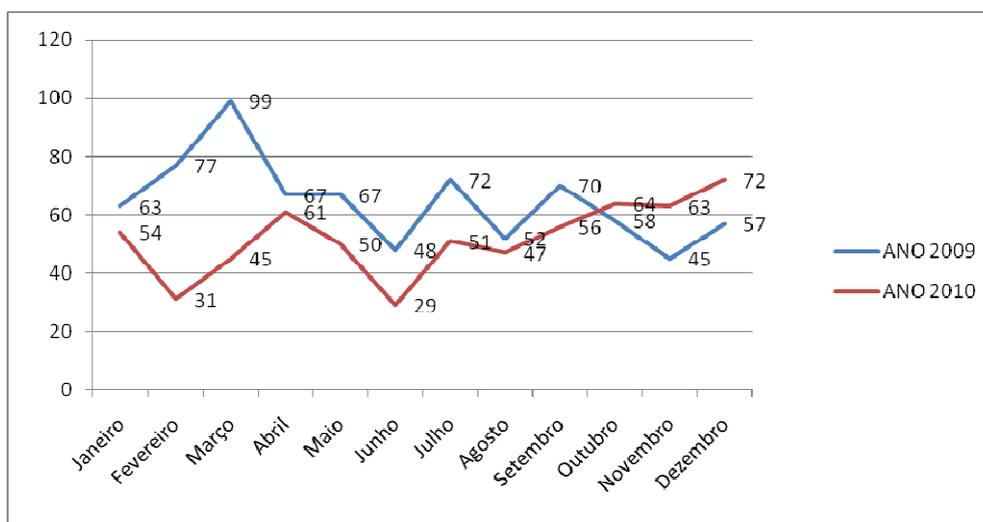
4.2.5 Na tabela 8 e figura 24 a seguir, comparando os anos de 2010 com 2009, levando-se em conta toda a área de atuação do 6º BPM, é possível verificar considerável redução dos crimes violentos contra o patrimônio nos meses de janeiro a setembro. Havendo aumento desse crime apenas nos meses de outubro a dezembro. Conclui-se portanto, que em toda a área de atuação do 6º BPM, no ano de 2010, houve redução desse crime em nove meses.

Tabela 8 - Evolução dos crimes violentos contra o patrimônio mensalmente em toda a área do 6º BPM.

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ANO 2009	63	77	99	67	67	48	72	52	70	58	45	57	775
ANO 2010	54	31	45	61	50	29	51	47	56	64	63	72	623

Fonte: 6º BPM

Figura 24 - Evolução dos crimes violentos contra o patrimônio mensalmente em toda a área do 6º BPM.



Fonte: 6º BPM

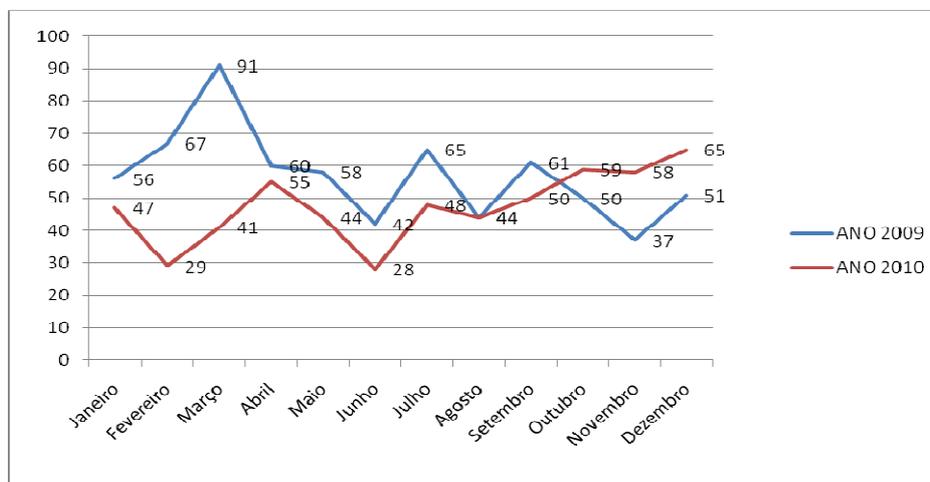
4.2.6 Na tabela 9 e figura 25 a seguir, comparando os anos de 2010 com 2009, apenas na cidade de Governador Valadares, no seu território de atuação, é possível verificar considerável redução dos crimes violentos contra o patrimônio nos meses de janeiro a julho. No mês de agosto a taxa não se alterou. E em setembro ocorreu nova redução. No entanto, houve ligeiro aumento nos meses de outubro a dezembro.

Tabela 9 - Evolução dos crimes violentos contra o patrimônio mensalmente apenas em Governador Valadares (área de atuação do 6º BPM).

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ANO 2009	56	67	91	60	58	42	65	44	61	50	37	51	682
ANO 2010	47	29	41	55	44	28	48	44	50	59	58	65	568

Fonte: 6º BPM

Figura 25 - Evolução dos crimes violentos contra o patrimônio mensalmente apenas em Governador Valadares (área de atuação do 6º BPM).



Fonte: 6º BPM

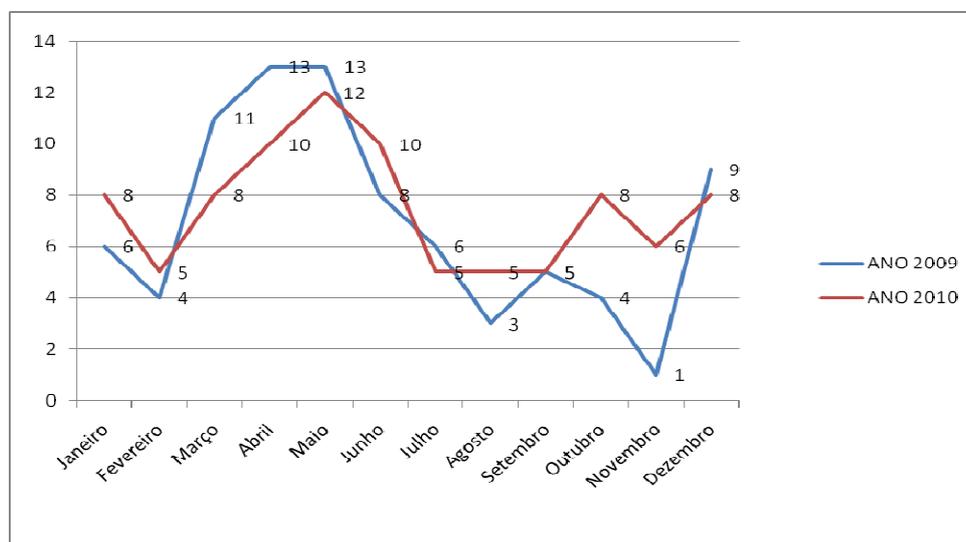
4.2.7 Na tabela 10 e figura 26 a seguir, comparando os anos de 2010 com 2009, levando-se em conta toda a área de atuação do 6º BPM, é possível verificar considerável redução dos crimes de homicídio consumado nos meses de março, abril, maio, julho e dezembro. No mês de setembro a taxa não se alterou. Nos meses de janeiro, fevereiro, junho, julho, agosto, outubro e novembro as taxas sofreram aumento. Destaque negativo para o mês de novembro, cujo aumento foi bastante significativo.

Tabela 10 - Evolução mensal dos homicídios consumados em toda a área do 6º BPM.

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ANO 2009	6	4	11	13	13	8	6	3	5	4	1	9	83
ANO 2010	8	5	8	10	12	10	5	5	5	8	6	8	90

Fonte: 6º BPM

Figura 26 - Evolução mensal dos homicídios consumados em toda a área do 6º BPM.



Fonte: 6º BPM

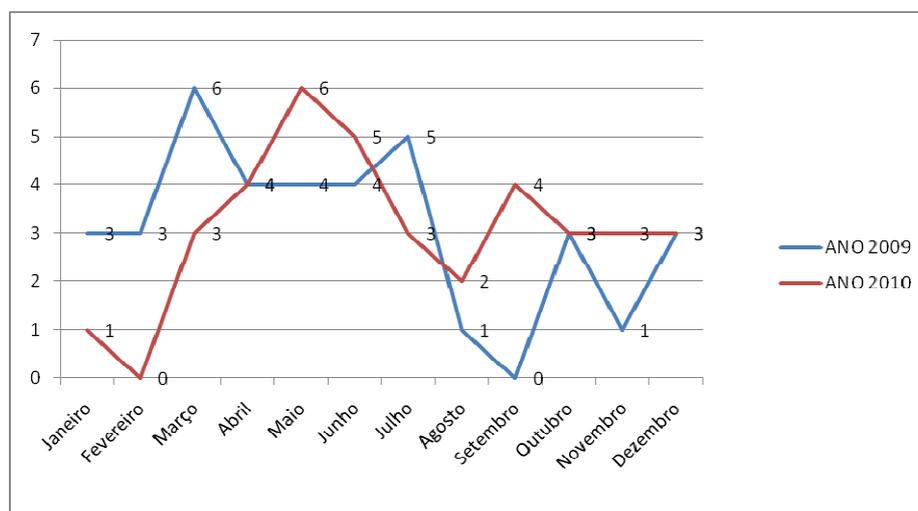
4.2.8 Na tabela 11 e figura 27 a seguir, comparando os anos de 2010 com 2009, apenas na cidade de Governador Valadares, no seu território de atuação, é possível verificar considerável redução dos homicídios consumados nos meses de janeiro a março e julho. A taxa do referido crime não se alterou nos meses de abril, outubro e dezembro. No entanto, ou aumento desse crime nos meses de maio, junho, agosto, setembro e novembro.

Tabela 11 - Evolução mensal dos homicídios consumados apenas em Governador Valadares (área de atuação do 6º BPM).

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ANO 2009	3	3	6	4	4	4	5	1	0	3	1	3	37
ANO 2010	1	0	3	4	6	5	3	2	4	3	3	3	37

Fonte: 6º BPM

Figura 27 - Evolução mensal dos homicídios consumados apenas em Governador Valadares (área de atuação do 6º BPM).



Fonte: 6º BPM

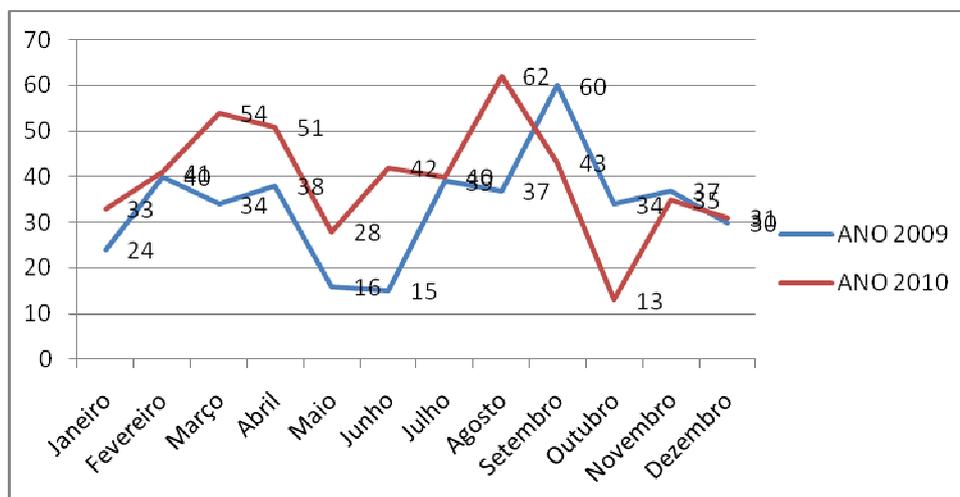
4.2.9 Na tabela 12 e figura 28 a seguir, comparando os anos de 2010 com 2009, levando-se em conta toda a área de atuação do 6º BPM, é possível verificar considerável aumento de apreensão de armas de fogo nos meses de fevereiro a agosto, e pequeno aumento em dezembro. No entanto, nos meses de janeiro, setembro, outubro e novembro houve caído o número de apreensão de armas de fogo. Certamente quanto mais armas de fogo são retiradas das mãos dos bandidos, o índice criminal tende a reduzir, principalmente o crime de homicídio.

Tabela 12 - Evolução da apreensão de armas de fogo na área do 6º BPM.

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ANO 2009	24	40	34	38	16	15	39	37	60	34	37	30	404
ANO 2010	33	41	54	51	28	42	40	62	43	13	35	31	473

Fonte: 6º BPM

Figura 28 - Evolução da apreensão de armas de fogo na área do 6º BPM.



Fonte: 6º BPM

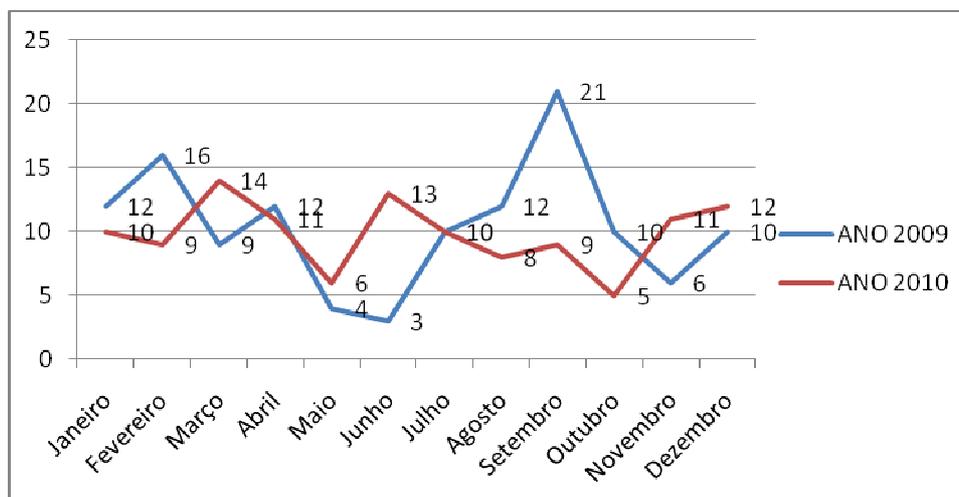
4.2.10 Na tabela 13 e figura 29 a seguir, comparando os anos de 2010 com 2009, apenas na cidade de Governador Valadares, no seu território de atuação, é possível verificar aumento de apreensão de armas de fogo nos meses de março, maio, junho, novembro e dezembro. No meses de julho esse dado não se alterou. No entanto, nos meses de janeiro, fevereiro, abril, agosto, setembro e outubro houve o número de apreensão de armas de fogo caiu. Já nos meses de julho esse dado não se alterou.

Tabela 13 - Evolução da apreensão de armas de fogo somente em Governador Valadares (área de atuação do 6º BPM).

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ANO 2009	12	16	9	12	4	3	10	12	21	10	6	10	125
ANO 2010	10	9	14	11	6	13	10	8	9	5	11	12	118

Fonte: 6º BPM

Figura 29 - Evolução da apreensão de armas de fogo somente em Governador Valadares (área de atuação do 6º BPM).



Fonte: 6º BPM

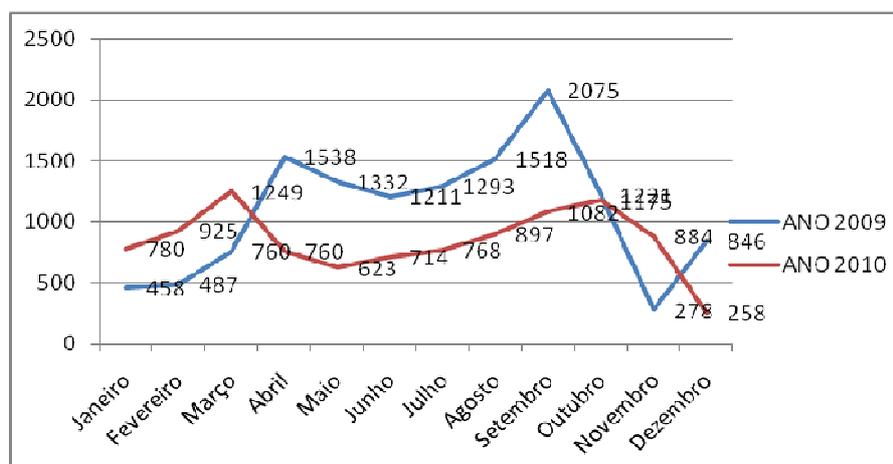
4.2.11 Na tabela 14 e figura 30 a seguir, comparando os anos de 2010 com 2009, levando-se em conta toda a área de atuação do 6º BPM, é possível verificar considerável aumento do número de operações policiais nos meses de janeiro a março e novembro apenas. Nos demais meses do ano, o número de operações caiu. Destaque negativo para os meses de março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro e dezembro, cujas reduções foram bastante significativas.

Tabela 14 - Evolução das operações policiais na área do 6º BPM.

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ANO 2009	458	487	760	1538	1332	1211	1293	1518	2075	1221	278	846	13017
ANO 2010	780	925	1249	760	623	714	768	897	1082	1175	884	258	10115

Fonte: 6º BPM

Figura 30 - Evolução das operações policiais na área do 6º BPM.



Fonte: 6º BPM

4.2.12 Na tabela 15 e figura 31 a seguir, comparando os anos de 2010 com 2009, apenas na cidade de Governador Valadares, no seu território de atuação, é possível verificar aumento considerável no número de operações policiais nos meses janeiro a março, voltando a subir apenas no mês de maio.

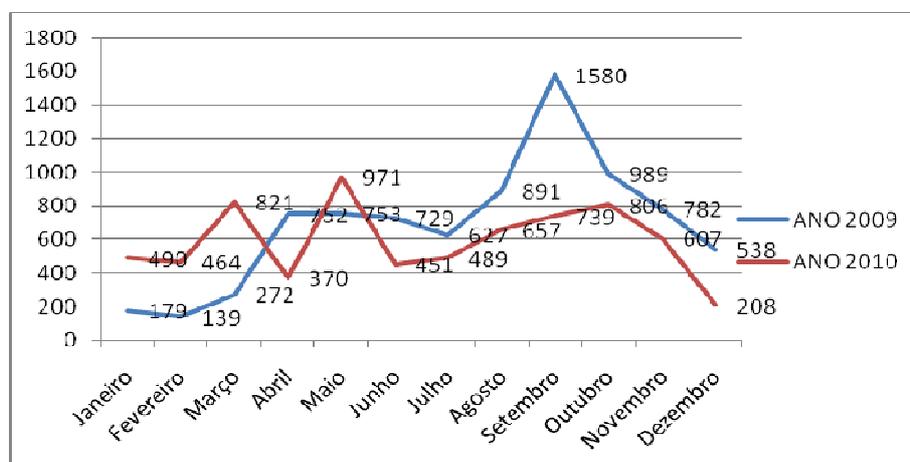
Nos demais meses do ano de 2010, foi registrado apenas redução no número de operações policiais. Nos meses de setembro e dezembro as reduções registradas foram bastante significativas.

Tabela 15 - Evolução das operações policiais em Governador Valadares (área de atuação do 6º BPM).

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ANO 2009	179	139	272	752	753	729	627	891	1580	989	782	538	8231
ANO 2010	490	464	821	370	971	451	489	657	739	806	607	208	7073

Fonte: 6º BPM

Figura 31 - Evolução das operações policiais em Governador Valadares (área de atuação do 6º BPM).



Fonte: 6º BPM

Diante das tabelas e gráficos anteriormente apresentados, é possível aferir no geral que na área de atuação do 6º BPM, levando-se em conta apenas a cidade de Governador Valadares ou toda sua área geográfica de atuação, os meses de outubro, novembro e dezembro de 2010 registraram aumentos de crimes violentos. Partindo desses dados, coincidência ou não, oportuno se torna destacar que, conforme boletins de ocorrência policial do 6º BPM, em torno de duzentos presos encarcerados no presídio de Governador Valadares, foram colocados em liberdade provisória, de acordo com previsão legal, no início do mês de outubro de 2010. Não obstante a esse resultado negativo, optou o pesquisador em prosseguir com sua pesquisa, pois o foco está direcionado a demonstrar a experiência aplicada em Governador Valadares no ano de 2010, inspiradas em conhecimentos geográficos já mencionados, independente dos resultados criminais.

4.3 Reflexos aferidos por meio de mapas criminais

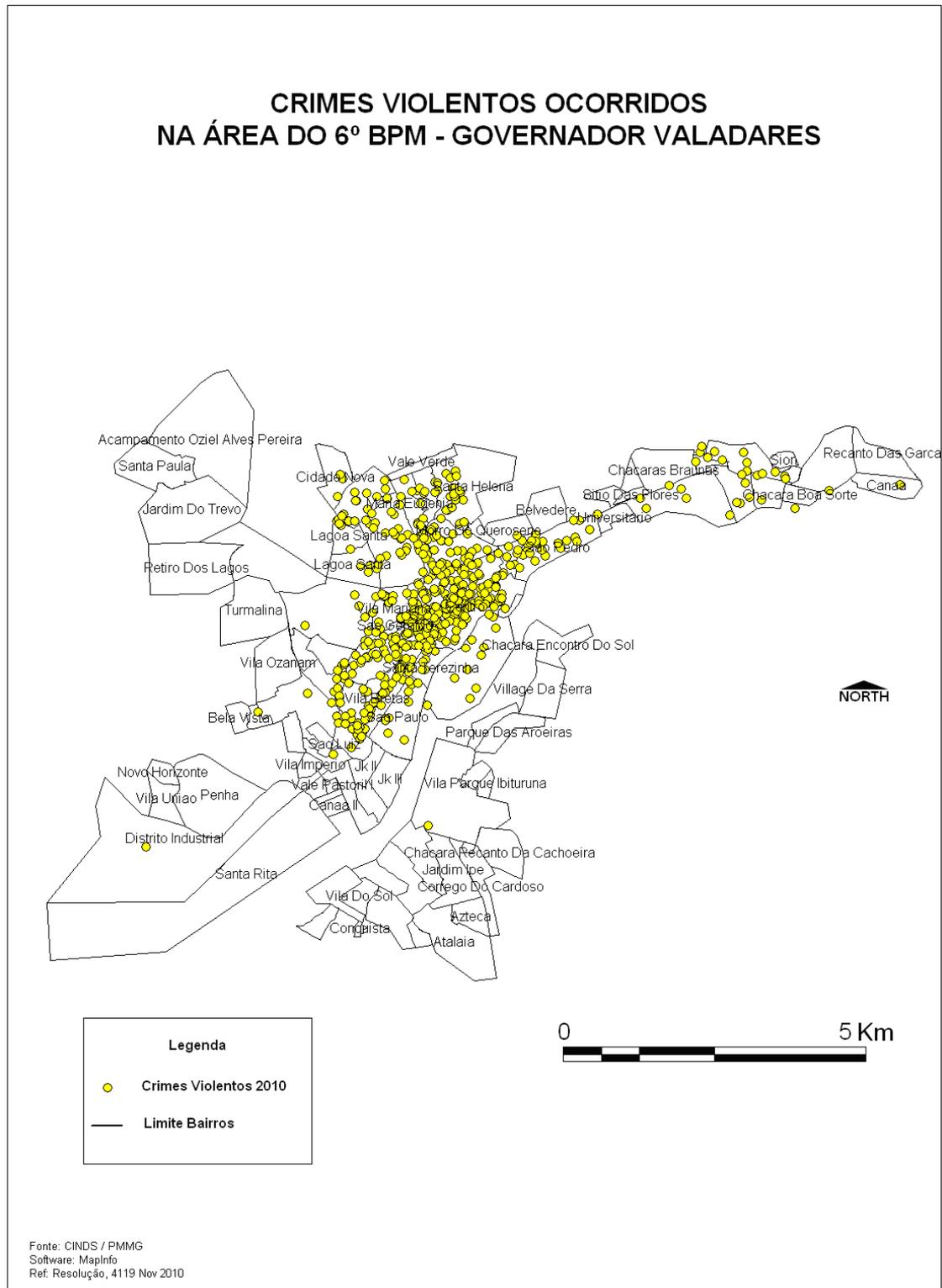
A partir daqui a presente pesquisa passa a aferir os reflexos da GESP por meio de mapas criminais, os quais demonstram como se deu a concentração dos crimes violentos, dos crimes violentos contra o patrimônio e dos crimes de homicídios consumados no espaço considerado, nos anos de 2009 e 2010.

Serão apresentados a seguir mapas criminais sobre Governador Valadares apenas, uma vez que as outras dezenove cidades que compõem a área de atuação do 6º BPM não possuem base cartográfica. Para construção do mapa da área de atuação do 6º BPM, em Governador Valadares, foi utilizada a base cartográfica fornecida pelo Centro Integrado de Defesa Social (CINDS).

A figura 32 que segue demonstra evidente concentração de crimes violentos na área central de Governador Valadares, atingindo em grande parte dos bairros adjacentes como São Paulo, Santa Terezinha, Vila Mariana, São Geraldo e grande número de bairros situados na região norte e nordeste da cidade no ano de 2009.

A figura 33 que adiante segue demonstra também evidente concentração de crimes violentos na área central de Governador Valadares, atingindo bairros adjacentes como São Paulo, Santa Terezinha, Vila Mariana, São Geraldo e grande número de bairros situados na região norte e nordeste no ano de 2010.

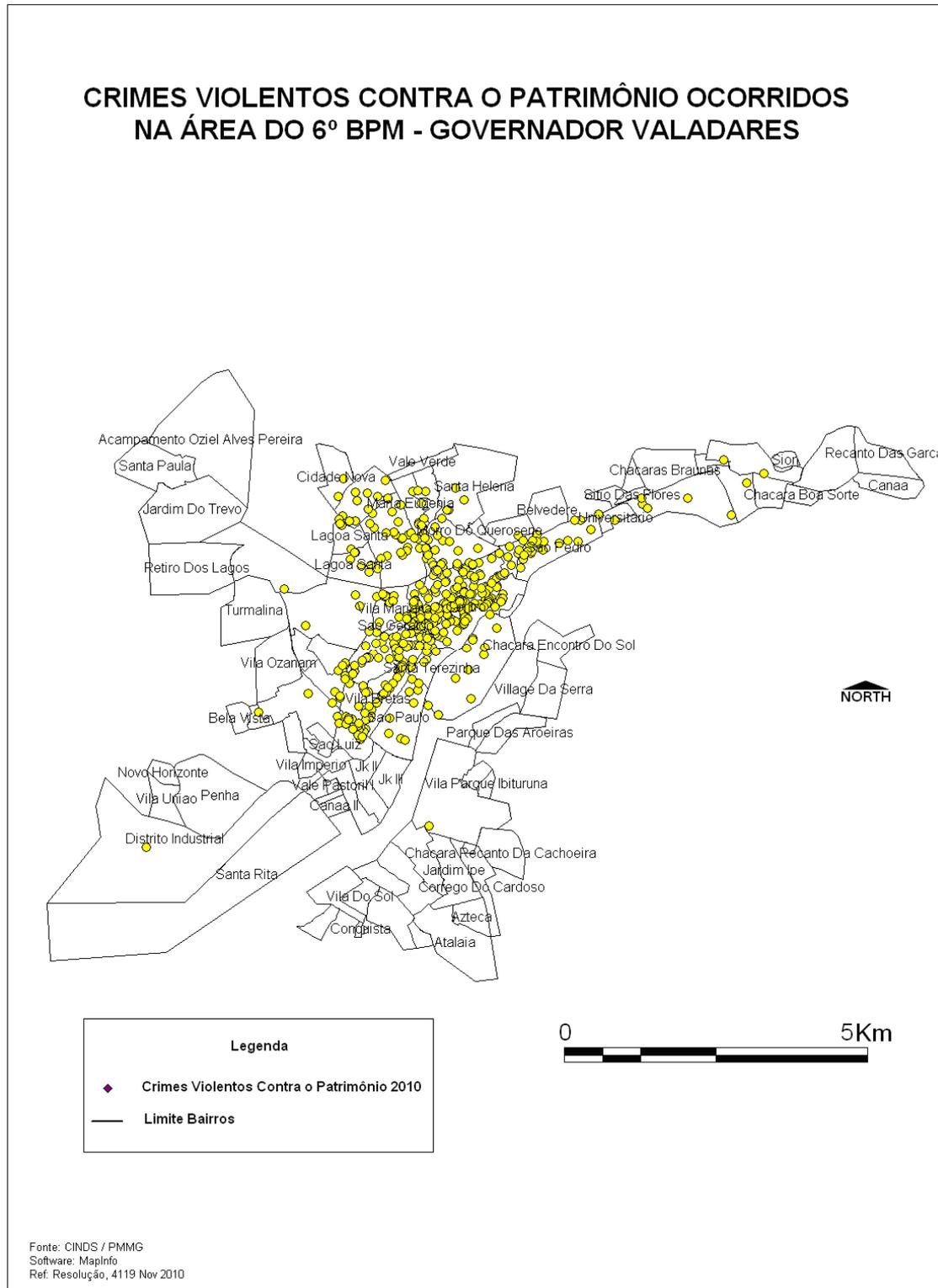
Figura 33 – Mapa dos crimes violentos na área de atuação do 6º BPM em Governador Valadares no ano de 2010.



A figura 34 que adiante segue demonstra forte concentração de crimes violentos contra o patrimônio na região central da cidade, atingindo bairros em seu entorno, como São Paulo, São Geraldo, Vila Mariana e Santa Terezinha, e outros bairros mais ao norte como São Pedro, Cidade Nova, Vila Verde, Santa Helena e Maria Eugênia, no ano de 2009.

A figura 35 que adiante segue demonstra também forte concentração de crimes violentos contra o patrimônio na região central, atingindo os bairros de seu entorno, como São Paulo, São Geraldo, Vila Mariana, Santa Terezinha, Vila Bretas e bairros mais ao norte como Maria Eugênia, Lagoa Santa e Belvedere, além do São Pedro, no ano de 2010.

Figura 35 – Mapa dos crimes violentos contra o patrimônio na área de atuação do 6º BPM em Governador Valadares no ano de 2010.



A figura 36 adiante demonstra os crimes de homicídios consumados ocorridos no ano de 2009 na área de responsabilidade do 6º BPM em Governador Valadares. É possível deduzir que há maior concentração desse delito nos bairros Carapina, Querosene e Santa Helena. Há pequeno registro nos bairros São Geraldo, Maria Eugênia e Santa Terezinha. Há registro desse delito mais ao norte na região das Chácaras e recantos. Não há nenhum registro na área central da cidade.

Governador Valadares. É possível deduzir que tais delitos voltaram a ocorrer na região dos bairros Carapina, Querosene e Santa Helena, porém em menor escala. No entanto, esse mesmo delito atingiu outros bairros ao sul da área central, chegando aos bairros Vila Bretas, Santa Terezinha e São Paulo. Houve registro desse delito inclusive na área central da cidade, fato que não tinha ocorrido no ano anterior.

Procedendo uma breve comparação de todos os mapas aqui apresentados, levando-se em conta os anos considerados, pode-se dizer que os crimes violentos contra o patrimônio são bastante recorrentes na área central de Governador, onde há concentração acintosa muitas das vezes do poder aquisitivo das pessoas. O estudo sobre a criminalidade em Marília-SP, levado a efeito por Teixeira (2003), destaca que aumentando a qualidade de vida das pessoas, ou seja, o poder aquisitivo, os crimes contra o patrimônio tendem a aumentar.

Quanto os crimes de homicídios consumados, esses mostram-se mais presentes nos bairros onde é marcante o quadro de desigualdade social como Carapina, Querosene, Santa Helena, São Geraldo, Santa Terezinha e São Paulo. Tal situação está alinhada ao estudo de Kahn (2000) em relação a cidade de São Paulo, concluindo que os homicídios são mais frequentes nos bairros de periferia, cuja desigualdade social é marcante. Da mesma forma, Teixeira (2003) demonstra em seu estudo que há relação inversa entre os indicadores de qualidade de vida e os crimes contra a pessoa.

A área central de Governador Valadares vive uma crescente expansão do comércio, principalmente o informal. É muito comum cenas em que os pedestres disputam espaços nas calçadas com ambulantes. O aumento do número de ambulantes, que não raras vezes expõem em suas bancas produtos de origem duvidosa, gerando uma poluição visual que dificulta sobremaneira a ação preventiva da polícia, propiciando ação mais exitosa dos marginais. Dessa forma, a área central de Governador Valadares tem se tornado palco predileto de prática de crimes violentos contra o patrimônio. Uma saída para isso é a implantação de câmaras de segurança eletrônica em pontos da cidade com esse tipo de reincidência criminal, além de uma fiscalização mais efetiva por parte de fiscais da Prefeitura Municipal e da Receita Estadual.

Mesmo tendo ocorrido no ano de 2010 o trabalho de monitoramento de possíveis homicidas e de suas vítimas em potencial, na área de atuação do 6º BPM, em Governador Valadares, não se conseguiu reduzir o homicídio consumado em relação a 2009. No entanto, tal dado não se alterou. Pelos registros de diversos boletins de ocorrências policiais, a motivação de muitos desses homicídios consumados está diretamente relacionada a acertos de

contas entre traficantes e usuários de drogas. Tanto os crimes violentos como um todo e os crimes violentos contra o patrimônio na cidade de Governador Valadares foram significadamente reduzidos.

5. CONCLUSÕES E SUGESTÕES

O presente capítulo e último desta pesquisa apresenta dois tópicos básicos: conclusão e sugestões.

5.1 Conclusão

Após análise e interpretação de todos os dados e informações levantados no presente trabalho, verifica-se que a GESP implica no redesenho da atividade policial ostensiva, por meio do trabalho setorizado, através de intervenções e aplicações de ferramentas de trabalho criadas para tender as informações espaciais, tornando as respostas policiais mais simples, objetivas, dinâmicas e proativas, focadas no aumento da sensação de segurança, reorganização e restabelecimento da ordem nos espaços urbanos alvo de malfeitores.

Diante da dificuldade de se obter aumento de efetivo policial ou mesmo de captar recursos orçamentários e financeiros condizentes com a demanda por segurança pública existente, a experiência obtida com a implantação da GESP em Governador Valadares demonstra ser uma importante opção para potencializar a busca por resultados positivos no exercício prevenção criminal.

A presente pesquisa evidencia a relevância de se buscar o entendimento da relação existente entre pessoas e o espaço urbano e o que a temática geografia do crime pode contribuir para melhorar ainda mais essa relação. Para tornar a segurança das cidades mais efetivas, o foco pode ser reverter a desordem urbana ao invés de mirar tão somente o crime, conforme atestaram em estudo Kelling e Coles (1996).

O trabalho veio evidenciar que se a violência é urbana, as causas devem ser procuradas no próprio espaço urbano. Dessa forma, quanto mais em contato estiverem os policiais com as pessoas que ali residem, desenvolvendo atividades de prevenção social da criminalidade, primando por uma gestão integrada de informações espaciais, monitorando infratores contumazes, mais

se conhecerá os espaços urbanos e mais próximo de se atingir os resultados esperados.

Sendo assim, por meio da reorganização urbana e setorização, conforme diretrizes da GESP, o 6º BPM de forma mais apropriada demonstrou mais domínio sobre os espaços dentro de seu território de atuação, fortalecendo sua aproximação com a comunidade, facilitando assim sua participação como órgão regulador e garantidor de direitos. Os policiais do 6º BPM passaram a atuar em localidades que já se encontravam acudadas pela sensação de medo. Por conseguinte, as causas do crime passaram a ser melhor compreendidas pelos policiais, tornando mais fácil o planejamento e desencadeamento de ações, operações e demais medidas de prevenção e até mesmo de repressão do fenômeno criminal.

O envolvimento sistemático de todos os segmentos da sociedade em questões relacionadas à política de segurança pública, demonstrados brevemente no capítulo 4 desta pesquisa constituiu numa estratégia plenamente viável, pois concorreu de forma altamente positiva para a resolução de muitos problemas de ordem social e policial.

Ficou evidenciado que as medidas de intervenção por meio da GESP, com a participação de outros atores no campo da segurança pública, promoveram a reurbanização de áreas degradadas em Governador Valadares, o que foi fundamental para o aumento da sensação de segurança em determinados pontos da cidade.

O objetivo geral foi atingido, pois descreveu a experiência resultante da implantação do projeto GESP na área de atuação do 6º BPM, na cidade de Governador Valadares, tendo sido destacado sua relação com os espaços urbanos, conforme verificado por meio dos métodos de intervenção e estratégias da GESP que redundaram em muitas ações sociais e policiais positivas demonstradas nesta pesquisa.

Quanto aos **objetivos específicos também foram atingidos**, senão vejamos:

- a) foram avaliados os índices de crimes violentos, crimes violentos

- contra o patrimônio e crimes de homicídio consumado na área de atuação do 6º BPM, levando em conta os dados de 2009 e 2010;
- b) foram identificadas as formas de intervenção e ferramentas de gestão utilizadas pela GESP, tendo inclusive sido explicado cada uma delas, com exposição de exemplos;
 - c) foi avaliada a relação da GESP com as ações policiais e sociais resultantes, tendo sido consideradas diversas ações, as quais se mostraram altamente positivas, redundando no envolvimento e participação de muitos atores importantes como representantes de órgãos do Sistema de Defesa Social e a própria comunidade;
 - d) foram identificadas transformações positivas nos espaços urbanos por meio de ações da GESP, como pode ser verificado através do Capítulo 4 desta pesquisa.

Quanto ao problema levantado pela pesquisa:

Em que medida as mudanças nas rotinas de policiamento, implementadas por inspiração dos conhecimentos geográficos, auxiliaram nas transformações positivas dos espaços urbanos em Governador Valadares?

As inúmeras ações policiais e sociais bem sucedidas, alcançadas através das intervenções e ferramentas da GESP no ano de 2010, muitas delas representando alteração de rotinas policiais até então não experimentadas, elencadas no capítulo anterior, representam de forma legítima a resposta para o problema ora apresentado. A diretriz defendida pela GESP propicia que o policial atue mais próximo dos espaços urbanos e por conseqüência da população ordeira, contribuindo para o estabelecimento de uma relação bastante saudável e positiva.

A espacialização das informações, a busca pela reorganização dos espaços urbanos e a setorização do policiamento certamente redundaram em ações policiais mais dosadas, mais direcionadas, na medida certa, produzindo sensação de segurança proporcional à demanda dos moradores dos bairros.

Ficou patente que o conhecimento mais apurado dos espaços urbanos contribui para intervenções positivas, sendo extremamente importante a participação de atores ligados aos órgãos de segurança pública e ao Executivo Municipal, além da própria comunidade organizada,

Tem-se a hipótese levantada:

As formas de intervenção utilizadas pelo pesquisador, levando-se em conta seus conhecimentos geográficos, que concorreram para a construção e aplicação de ferramentas de gestão utilizados no projeto GESP, no ano de 2010, contribuíram para a redução da criminalidade violenta, no mencionado ano, em Governador Valadares.

Conforme se verifica através das tabelas, gráficos e mapas, analisados no capítulo 4, a presente hipótese se confirmou, pois os dados coletados demonstram significativa redução dos crimes violentos no geral e dos crimes violentos contra o patrimônio. Apesar dos crimes de homicídios consumados não terem reduzido, eles também não aumentaram, mantendo-se inalterados.

5.2 Sugestões

Por meio desta pesquisa, foi possível conhecer o projeto GESP, experiência que viabilizou a territorialização da violência por meio da setorização e também o mapeamento dos espaços urbanos degradados na área de atuação do 6º Batalhão, em Governador Valadares, no ano de 2010. A partir daí foi dado ênfase ao trabalho conjunto envolvendo importantes setores da prefeitura municipal, do comércio, integrantes do Ministério Público, do Poder Judiciário, da Polícia Civil e da comunidade organizada, o que resultou em ações multidisciplinares bem sucedidas, focadas na transformação de espaços urbanos desorganizados, implicando tais medidas na redução das taxas de criminalidade violenta de forma mais efetiva.

Dessa forma, sugere-se que o presente estudo sirva de instrumento de consulta para subsidiar políticas públicas de segurança pública e também para apoiar estratégias de polícia preventiva, pois foca o combate da violência não a partir do criminoso, mas por meio da compreensão dos elementos e contexto que fazem parte dos espaços urbanos. O forte nível de influência dos espaços urbanos desorganizados em relação a reincidência delitiva, é uma sinalização de como essa influência pode ser contida a partir de sua real compreensão somado ao redesenho setorizado da atividade policial.

A GESP se mostra, portanto, um importante instrumento de redução criminal e de transformação social, porque além de viabilizar o processo de setorização do policiamento nas áreas de atuação das unidades policiais, não depende de aumento de efetivo policial nem tão pouco de aporte logístico para sua implantação.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico: elaboração de trabalhos de graduação**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

BEATO, Cláudio. **Crime e políticas sociais. Informativo do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública**. Ano , n. 1, dez. 2001.

BONDARUK, Roberson Luiz. **O império das casas abandonadas: crianças e adolescentes “de rua” e a polícia**. Curitiba: Editora Universitária Champagnat, 2005.

COHEN, Lawrence e FELSON, Marcus. **Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Approach**. American Sociological Review, 44, p.588-608. 1979.

COWEN, D.J. **GIS versus CAD versus DBMS: what are the differences?** Photogrammetric Engineering and Remote Sensing, v.54, p.1551-1554, 1988.

DINIZ, Alexandre M. A. **Criminalidade e segurança pública**. In: BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Anuário Estatístico de Belo Horizonte – 2000. Belo Horizonte, 2001.

DINIZ, A. M. A. **A geografia do medo, reflexões sobre o sentimento de insegurança em Belo Horizonte**. O Alferes, Belo Horizonte, v. 18, p. 119-133, 2003A.

DINIZ, A. M. A., NAHAS, M I P, MOSCOVITCH, S K. **Geografia da Violência Urbana em Belo Horizonte**. Cadernos de Geografia, v.13(20), p.39 - 56. 2003.

DINIZ, A. M. A., BATELLA, W. B. **Criminalidade Violenta nas Regiões de Planejamento de Minas Gerais: uma abordagem quantitativa.** Cadernos de Geografia. Belo Horizonte: v.14(23), p.51 – 72. 2004.

DOLFUS, O. **O espaço geográfico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

FELIX, Sueli. A. **Geografia do Crime.** Revista de Geografia, São Paulo, v. 13, p. 145-166, 1996.

FELIX, Sueli. A. **Geografia do crime: interdisciplinaridade e relevâncias.** Marília: Unesp Marília Publica, 2002.

FELIX, Sueli. A. **Geografia do crime de Marília/SP: aspectos da violência e criminalidade em uma cidade média brasileira.** In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDIOS URBANOS, 4, 2003, Tandil, Argentina. Anais... Argentina: 2003. CD Rom.

GARCIA, Pablos De Molina, Antonio. **Criminologia: introdução a seus fundamentos teóricos.** 2ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais , 1997. 517 p.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1996.

KAHN, Túlio. **A violência brasileira.** Conjuntura criminal, Ano 1, n. 3, nov. 1988.

Disponível em: <<http://www.conjunturacriminal.com.br>> Acesso em agosto 1999.

KAHN, Túlio. Barbosa, Cristina. **Medindo a Criminalidade: um panorama dos principais métodos e projetos existentes.** In: ENCONTRO BRASILEIRO DO PROJETO POLÍCIA E SOCIEDADE DEMOCRÁTICA, 3, 2000, São Paulo. Centro de Estudios del Desarrollo, 2000.

KELLING, George L. e COLES, Catherine M. (1996). **Fixing Broken Windows: Restoring Order and Reducing Crime in our Communities**. New York, Touchstone.

LIMA, Renato. **Conflitos sociais e criminalidade urbana: uma análise dos homicídios cometidos no município de São Paulo**. 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MAGUIRE, D. J., 1991. **Na overview and Definition of GIS**. In **Geographical Information Systems: Principles and Applications**. editado por D. J. Maguire, M F. Good Child, D. W. Rhind (London: Longman) 1979, Vol. 1. 9-20.

MOLINA, Antonio García-Pablo de; GOMES, Luiz Flavio. **Criminologia**. 2ª ed. São Paulo: RT, 1997, p.332.

PEZZIN, L. **Criminalidade urbana e crise econômica**. São Paulo: IPE / USP, 1986.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Ed.: Brasiliense, São Paulo (1995).

SAPORI, Luis F. E.; BATITUCCI, Eduardo C. **Análise descritiva da incidência de homicídios na Região Metropolitana de Belo Horizonte: 1980-1995**. Disponível em: <<http://www.est.ufmg.br/geccs/descr.html>> Acesso em 1999.

SANTOS, Milton. **Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método**. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo: AGB, 1977, p. 81-99.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.

SANTOS, Milton. **A urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2ª ed. São Paulo - SP: Edusp, 2004.

SOARES, Weber. **Emigrantes e investidores: Redefinindo a dinâmica imobiliária na economia valadarense**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995. 174p.

SPOSATI, A. **Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo: dinâmica social dos anos 90**. São Paulo: Pólis, 2000.

TEIXEIRA, Alam Gualberto. **A Possibilidade de vitimização: qualidade de vida e a criminalidade**. Marília-SP. 2003.

VALENTE Gomes, Paulo Jorge. **A Prevenção Situacional na Moderna Criminologia**. Polícia Portuguesa, Lisboa. Ano LXI, II Série, nº 109, p. 25-27, Jan/Fev1998.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

WORBOYS, M.F. **GIS: a computing perspective**. London: Taylor & Francis, 1995.

ZALUAR, Alba (1985). **A máquina e a revolta: As organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo, Brasiliense.